



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO n.º 04/2026
REPUBLICAÇÃO

O Município de Estância do Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ n.º 13.097.050/0001-80, com sede a Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Bairro Centro, CEP: 49.200-000, por meio da Secretaria Municipal da Administração, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – POR LOTE**, nos termos da **Lei n.º 14.133/2021** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

- **ÓRGÃO SOLICITANTE:** Secretaria Municipal da Administração;
- **DATA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 29/05/2026 às 09h00min (nove horas)
- **LOCAL DA SESSÃO:** www.licitanet.com.br
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO
- **TEMPO DA DISPUTA:** a etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de dois fornecedores distintos para prestação de serviço redundante de acesso dedicado à Rede Mundial de Computadores – Internet, para trânsito do Sistema Autônomo (AS – Autonomous System) da Prefeitura do Município de Estância (PME)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em dois Lote, formado por 04 (quatro) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação no grupo de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto a documentação, fixadas neste Edital e seus anexos e que estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. OS LOTES DESTA LICITAÇÃO É DESTINADO A TODOS OS TIPOS DE EMPRESAS.

2.5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

c.1) O impedimento de que trata o item acima, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) agente público do órgão ou entidade licitante;

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

i) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

2.7. O impedimento de que trata o item “2.6 – d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o item “2.6 – b” poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto no item “2.6 – b” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item “2.6 – h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão na plataforma LICITANET por meio de chave de acesso e senha.

3.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

3.2. DA PROPOSTA:

3.2.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, observando as disposições constantes no **Item 4** deste Edital;

3.2.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos operacionais, encargos previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços, bem como para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

b) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico/SRP, foi **elaborada de maneira independente**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

h) cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#) quando a empresa se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

3.2.2.1. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.2.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Legislações vigentes;

3.2.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;

3.2.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.2.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.2.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.2.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.2.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.2.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.2.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.2.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.2.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.2.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

3.2.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.2.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. DA HABILITAÇÃO:

3.3.1. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 63, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, observando as disposições constantes no **Item 7** deste Edital.

3.3.2. O licitante vencedor deverá enviar no sistema os documentos de habilitação no prazo máximo de 2 (DUAS) HORAS, após a solicitação do pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.3.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor... (unitário) do item;
- b) Marca (quando couber);
- c) Fabricante (quando couber);
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Todos os materiais/serviços que porventura venham a recair tais obrigações.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.9.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- 5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do lote**.
- 5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Sergipe;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.3. Após utilização dos critérios acima para o desempate, se o empate permanecer o pregoeiro fará sorteio entre os licitantes em situação de empate.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.2.2 - "h"** deste edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas cujos valores forem **inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

7.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante nos últimos 30 (trinta) dias que anteceder a abertura da licitação, salvo se consignar no próprio texto data de validade diferente – [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7.4.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contabilista Registrado no Conselho Regional de Contabilidade; **ou documentação contábil pertinente autenticada por meio do SPED**, dispensando assim qualquer outra forma de autenticação, sendo necessária para validação das informações a entrega do arquivo impresso do mesmo com o comprovante de envio, devendo ainda conter o balanço com os índices exigidos na alínea ‘e’, ou as informações necessárias e suficientes para o seu cálculo, em conformidade a Instrução Normativa da RFB nº 1.420/2013, e a Recomendação CGM nº 001/2018.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

7.4.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

7.4.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.4.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.4.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. As licitantes devem apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por empresa pública ou privada comprovando que prestou serviços incluindo instalação, configuração e suporte, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. Os atestados deverão ser impressos em papel timbrado, com nome e contato da empresa, não sendo aceitas declarações genéricas, devendo ainda atestar a satisfação com o serviço ofertado pela LICITANTE.

7.5.2. Atestado de Capacidade Técnica contemplando prestação de serviço de Fornecimento e Gerenciamento de Link Dedicado de Internet de Alta velocidade, com fornecimento de equipamentos (comodato).

7.5.3. A licitante deverá apresentar o registro junto ao conselho profissional competente, compatível com o objeto da licitação, tais como, CREA, CFT/CRT ou outro conselho reconhecido pela ANATEL. Deverá contar com responsável (is) técnico(s) legalmente habilitado(s), com atribuições compatíveis com as atividades previstas no edital com as devidas comprovações. O vínculo do profissional deverá ser comprovado através de cópia da carteira de trabalho e ou contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes. Tratando-se de sócio, tal comprovação se dará através do contrato social ou outro documento compatível;

7.5.4. Outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para serviços de transmissão de dados (SCM);



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

7.5.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de conferir as informações prestadas pelas empresas emitentes dos atestados, através de consultas e visitas, bem como a disponibilidade de equipamentos solicitados junto à LICITANTE;

7.5.6. Os atestados aqui solicitados deverão referir-se a contratos já concluídos ou já decorrido, no mínimo, a 01 (um) ano do início de sua execução.

7.5.7 AS LICITANTES deverão apresentar prospectos com as características técnicas de todos os componentes dos mesmos, incluindo especificação de marca, modelo e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico.

7.6. VISTORIA TÉCNICA

7.6.1. Fica facultado às LICITANTES interessadas a realização de vistoria técnica nos endereços da CONTRATANTE e nas vias públicas onde serão realizados os serviços objeto deste Termo de Referência, para tirar todas as dúvidas e tomar conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas para a efetiva realização da entrega do solicitado. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias e requerimentos de compatibilidade à execução dos serviços. Caso seja de interesse da LICITANTE, a vistoria técnica deverá ser agendada pelo telefone (79) 3522-1143, Ramal 222, ou no e-mail: suporte@estancia.se.gov.br até 72 (setenta e duas) horas antes da data do certame;

7.6.2. A comprovação da visitação será realizada através do atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável da CONTRATANTE;

7.6.3. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste que conhece as condições locais para a execução do objeto ou, alternativamente, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

7.7.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

7.7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou sob a forma de autenticação eletrônica digital, a fim de que seja comprovada a veracidade desses com maior celeridade;

7.7.5. Será verificado se o licitante declarou que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas.

7.7.8. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.7.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.7.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

7.7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de envio conforme solicitação do Pregoeiro.

7.7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a)** encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b)** disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou
- c)** outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração;

8.3.1. Os prazos dos itens **8.2** e **8.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala do Setor de Licitações e Contratos, localizada na Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, Estância/SE.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6. Fraudar a licitação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05(cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens **10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens **10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **10.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pela Comissão de Cadastro, Avaliação e Apuração de Irregularidades de Fornecedores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo sistema Licitanet, através do site: www.licitanet.com.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.estancia.se.gov.br.

12.10.1. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio oficial deste Município, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Detalhamento Técnico dos Serviços
- c) ANEXO III – Modelo de Apresentação da Proposta
- d) ANEXO IV – Características do Roteador
- e) ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato
- f) ANEXO VI – Modelo da Ordem de Serviço
- g) ANEXO VII- ETP

Estância/SE, 13 de maio de 2026.

EVERTON SANTOS SANTANA
DIRETOR DO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 479/2025



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2026

FONTE: Secretaria Municipal da Administração

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de dois fornecedores distintos para prestação de serviço redundante de acesso dedicado à Rede Mundial de Computadores – Internet, para trânsito do Sistema Autônomo (AS – Autonomous System) da Prefeitura do Município de Estância (PME), conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2. Para assegurar o trânsito do Autonomous System AS267086 da Prefeitura Municipal de Estância, além de garantir disponibilidade e segurança de acesso, o vencedor do Lote 1 não poderá disputar o Lote 2.

1.3. Para facilitar o entendimento durante o processo licitatório, de agora em diante os links serão chamados de LINK INTERNET PRINCIPAL (Lote 1), LINK INTERNET REDUNDANTE (Lote 2).

1.4. O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de Telecomunicações, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos neste documento. Portanto, a licitação ocorrerá na modalidade “PREGÃO”, de forma eletrônica e do tipo “MENOR PREÇO”.

1.5. Descrição dos Itens

LOTE 1 - LINK INTERNET PRINCIPAL					
Item	Descrição serviço	Qtde	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Anual
1	Link dedicado de Internet na velocidade de 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 9.956,00	R\$ 119.472,00
2	Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 3.803,75	R\$ 45.645,00
3	Proteção Anti-DDoS do Acesso Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
4	Equipamento (CPE) do Acesso Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 2.503,75	R\$ 30.045,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 1 (VALOR MENSAL)					
				R\$ 20.463,50	R\$ 245.562,00

LOTE 2 - LINK INTERNET REDUNDANTE					
Item	Descrição serviço	Qtde	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Anual
1	Link dedicado de Internet na velocidade de 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 9.956,00	R\$ 119.472,00
2	Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 3.803,75	R\$ 45.645,00
3	Proteção Anti-DDoS do Acesso Internet 2 Gbps	1	Assinatura	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

			Mensal		
4	Equipamento (CPE) do Acesso Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal	R\$ 2.503,75	R\$ 30.045,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 2 (VALOR MENSAL)					
				R\$ 20.463,50	R\$ 245.562,00

A licitação se dará pelo valor unitário/anual do referido objeto da contratação

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Atender às exigências que assegurem o trânsito do Autonomous System AS267086, da Prefeitura Municipal de Estância.

2.2 Obter a prestação de serviços de telecomunicações com vantagens financeiras para o erário, baseadas na economia de escala, através de valores tarifários diferenciados e padronizados, que geram a economicidade.

2.3 Uniformizar a política de preços dos serviços de telecomunicações praticados neste segmento.

2.4 Permitir, quando necessário, o aumento na banda de tráfego dos links IP (Internet Protocol), com mecanismos de segurança e roteamento automáticos que suportem as demandas de acesso interno e externo aos Portais WEB da PME.

2.5 A Administração conclui pela possibilidade de dividir o objeto em vários grupos por ser econômica e tecnicamente viável, tendo em vista que é um modo já adotado no mercado de acesso à internet. A divisão adotada não culmina na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afeta a integridade do objeto pretendido ou compromete a perfeita execução do mesmo. Ressalte-se que a divisão em grupos atentou às práticas mercadológicas aliadas ao interesse da Administração, preservando a forma mais eficiente da contratação e ainda não ferindo a competição do certame.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. As licitantes devem apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por empresa pública ou privada comprovando que prestou serviços incluindo instalação, configuração e suporte de cada solução abaixo, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. Os atestados deverão ser impressos em papel timbrado, com nome e contato da empresa, não sendo aceitas declarações genéricas, devendo ainda atestar a satisfação com o serviço ofertado pela LICITANTE.

3.2. Devem ser apresentados os seguintes atestados:

3.2.1. Atestado de Capacidade Técnica contemplando prestação de serviço de Fornecimento e Gerenciamento de Link Dedicado de Internet de Alta velocidade, com fornecimento de equipamentos (comodato).



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

3.3. A licitante deverá apresentar o registro junto ao conselho profissional competente, compatível com o objeto da licitação, tais como, CREA, CFT/CRT ou outro conselho reconhecido pela ANATEL. Deverá contar com responsável (is) técnico(s) legalmente habilitado(s), com atribuições compatíveis com as atividades previstas no edital com as devidas comprovações. O vínculo do profissional deverá ser comprovado através de cópia da carteira de trabalho e ou contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes. Tratando-se de sócio, tal comprovação se dará através do contrato social ou outro documento compatível;

3.4. Outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para serviços de transmissão de dados (SCM);

3.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de conferir as informações prestadas pelas empresas emitentes dos atestados, através de consultas e visitas, bem como a disponibilidade de equipamentos solicitados junto à LICITANTE;

3.6. Os atestados aqui solicitados deverão referir-se a contratos já concluídos ou já decorrido, no mínimo, a 01 (um) ano do início de sua execução.

3.7 Para os itens com exigência de equipamentos a PROPONENTE deverá apresentar prospectos com as características técnicas de todos os componentes dos mesmos, incluindo especificação de marca, modelo e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico.

4. VISTORIA TÉCNICA

4.1 Fica facultado às LICITANTES interessadas a realização de vistoria técnica nos endereços da CONTRATANTE e nas vias públicas onde serão realizados os serviços objeto deste Termo de Referência, para tirar todas as dúvidas e tomar conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas para a efetiva realização da entrega do solicitado.

4.2 Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias e requerimentos de compatibilidade à execução dos serviços. Caso seja de interesse da LICITANTE, a vistoria técnica deverá ser agendada pelo telefone (79) 3522 1143, Ramal 221, ou no e-mail: suporte@estancia.se.gov.br até 72 (setenta e duas) horas antes da data do certame;

4.3 A comprovação da visitação será realizada através do atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável da CONTRATANTE;

4.4 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste que



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

conhece as condições locais para a execução do objeto ou, alternativamente, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2 Não será admitida a participação de empresas reunidas na forma de CONSÓRCIO, considerando a natureza do objeto e a existência de várias empresas no mercado que oferecem esses serviços de forma individual.

5.3 Em licitações, é comum que haja restrições ou diretrizes específicas para o formato de participação das empresas. Neste caso, a decisão de não permitir a formação de consórcios foi tomada para promover a concorrência entre as empresas individuais e garantir uma ampla participação no processo licitatório.

6. DA PROPOSTA

6.1 As empresas interessadas em participar dessa licitação devem verificar atentamente as condições estabelecidas no edital e seus anexos, para garantir que suas propostas estão em conformidade com todos os requisitos, especificações e critérios de participação definidos;

6.2 A proposta deve descrever as soluções objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA de forma detalhada, apresentando marcas, modelos, versões, serviços a serem prestados e demais informações relevantes, de modo a demonstrar o entendimento integral da contratação;

6.3 A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data fixada da sua entrega para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne;

6.4 O prazo de entrega ou de execução do objeto será o fixado neste documento para cada item, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule;

6.5 O prazo de garantia técnica será o fixado neste documento, para cada item, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo menor ou que não o estipule;

6.6 O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes deste Termo de Referência, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas;

6.7 No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;

6.8 Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste Termo de Referência, suas informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente;

7. DA SOLUÇÃO

A solução a ser contratada encontra-se pormenorizado no anexo I deste termo de referência.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Condições de Execução

8.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Início da execução do objeto: será conforme expresso no Termo de Contrato/Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, conforme definições no documento específico;
- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.
- Os equipamentos deverão ser entregues conforme solicitação do órgão gestor do procedimento.
- Os prazos de entrega dos equipamentos e serviços com suas configurações, seguem as definições expostas no anexo I deste Termo de Referência.

8.1.2 Materiais a serem disponibilizados

- Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas,



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

promovendo sua substituição quando necessário.

8.1.3 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- Os itens deverão ser entregues e serão avaliados conforme especificações contidas no Anexo I, deste termo de referência.

9. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- O prazo de garantia contratual dos produtos são aqueles estabelecidos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- Existe no momento dois contratos vigentes para tal objeto, um como link principal e outro como link de REDUNDANTE, os quais estão vigentes até o dia 14/06/2026, assim sendo necessário darmos continuidades aos serviços. No tocante a transição a empresa vencedora deverá por meio do seu pressuposto/equipe técnica e em observância do departamento de tecnologia da informação desta municipalidade realizar as tratativas de implantação/substituição, testes entre outros serviços relativos em parceria com os atuais contratados.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. PREPOSTO

- A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

13. FISCALIZAÇÃO

- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.1 Fiscalização Técnica

- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

13.2 Fiscalização Administrativa

- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.3 Gestor do Contrato

- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - não entrega dos produtos conforme solicitação,
 - não substituir os itens que porventura vier a ser entregue em desacordo com as especificações predefinidas neste documento;
- A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- A entrega deverá estar em conformidade e dentro dos prazos estabelecidos, para que se possa proceder com a quitação, devendo esta ser de forma integral, uma vez que a solicitação se fará da mesma forma e modelo.

14.1 Do recebimento

- Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).
- O prazo da disposição acima será contado da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente.
- O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.2 Liquidação

- Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.3 Prazo de pagamento

- O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

14.4 Forma de pagamento

- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 . OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A CONTRATADA, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

da execução ou dos materiais empregados;

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ocasionado em bem móvel ou imóvel da CONTRATANTE, em especial àqueles relacionados à prestação do serviço de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- Utilizar empregados habilitados e com o devido conhecimento necessário dos produtos e serviços a serem instalados e mantidos, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os equipamentos de proteção individual – EPI, quando for o caso;
- Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação, conforme descrito neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação;
- Na execução dos serviços de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- Prever todos os materiais e serviços necessários, de modo a entregar o objeto completo, em plenas condições de aceitação;
- Designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- Executar o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA de acordo com suas especificações técnicas nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para entrega completa e eficiente do objeto deste contrato;
- Zelar pela boa e completa execução do objeto e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da entrega;
- Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Termo de Referência;
- Observar as legislações federal, estadual e municipal relativa ao objeto do Termo de Referência;
- Garantir que todos os componentes que integrem o objeto adquirido estejam em conformidade com regulamentos editados pela Anatel ou com as normas por ela adotadas, quando for o caso;
- Remover equipamento (ou partes dele) do local de instalação somente com o conhecimento prévio e com autorização de retirada, por escrito, do gestor do contrato;
- Recompôr o ambiente em sua forma original quando for efetuada qualquer remoção, demolição, abertura de valas, furos ou outras alterações que afetem a estrutura física de algum recinto, utilizando materiais e ferramentas próprios, conforme orientação do gestor;
- Os profissionais responsáveis pelos serviços considerados de engenharia devem integrar o quadro permanente da arrematante e ter Certidão de Registro válida de Pessoa Física junto ao CREA, para aqueles profissionais cujas atividades são passíveis de registro e fiscalização por esse Conselho.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- A CONTRATANTE, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos equipamentos e serviços, assim como sua instalação e assistência técnica, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Pagar à CONTRATADA o valor resultante da entrega do equipamento e/ou da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Proporcionar à contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- Emitir a devida Ordem de Fornecimento ou de Serviço;
- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões do Contrato;
- Aplicar as sanções cabíveis;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, quando for o caso;
- Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.

17. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO OBJETO

- As especificações e características dos produtos e serviços estão detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. As LICITANTES devem atender também às seguintes exigências gerais:



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- As LICITANTES devem ofertar suporte técnico preferencialmente local quando necessário;
- Todos os equipamentos devem ser fornecidos completos, contendo todos os componentes de hardware (incluindo memórias, módulos, cabos, conectores e adaptadores), licenças (caso necessário) e softwares (firmware) necessários para a implementação e configuração de todos os recursos especificados como requeridos neste documento, bem como todos os materiais (por exemplo: cabos, adaptadores, parafusos, porcas e anilhas) necessários para a fixação dos equipamentos no local adequado;
- A CONTRATADA deverá garantir a atualização dos microcódigos, firmwares, drivers e softwares instalados, provendo o fornecimento e instalação de novas versões por necessidades de correção de problemas ou por implementação de novos releases durante o período supracitado;
- Quaisquer substituições de hardware e/ou intervenções no software deverão ser realizadas nos locais de instalação dos mesmos;
- Quando for o caso, a CONTRATADA deverá fornecer todos e quaisquer softwares necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos na modalidade de uso perpétuo, ou seja, os softwares devem possibilitar que os equipamentos continuem a operar normalmente mesmo após o período de garantia contratada, exceto itens que sejam considerados SaaS – Software as a Service;
- O LICITANTE deverá apresentar/fornecer, acompanhado da proposta comercial, a documentação comprobatória do atendimento de todos os requisitos técnicos, ou seja, apresentar documentos de domínio público que comprovem todos os recursos e funcionalidades mínimas exigidas para os equipamentos que integrarão as características técnicas solicitadas neste Termo de Referência;
- O LICITANTE deverá apresentar comprovação de que os produtos ofertados são de origem idônea e que possuem a devida garantia, bem como a existência de representante no país;
- Todos os componentes e acessórios deverão ser entregues instalados e com fornecimentos de todos os insumos para garantir seu completo funcionamento;
- É de total responsabilidade da CONTRATADA o entendimento do contexto do projeto no qual será aplicada às soluções por elas propostas. Deverá fazer parte do escopo de fornecimento da solução de cada item a integração com os equipamentos das soluções fornecidas em atendimento aos demais itens correlatos objetos deste Termo de Referência;
- Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao local da instalação e da manutenção dos equipamentos, seja para retirada e/ou entrega, incluindo todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes;
- Caso a CONTRATADA necessite fornecer hardwares e/ou softwares adicionais não especificados nominalmente neste Termo de Referência, mas necessários para atender as funcionalidades exigidas, os custos desses componentes deverão estar inseridos no preço total ofertado no respectivo item;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- Todos os componentes e subcomponentes objetos deste Termo de Referência propostos deverão ser novos, de primeiro uso, sem previsão de descontinuidade anunciada, não se admitindo peças já usadas, reparadas, entre outros, com tecnologia atualizada e avançada, em linha de produção atendendo às características técnicas presentes nos anexos deste Termo de Referência;
- Caso os equipamentos constantes da proposta vencedora tenham sido descontinuados ou estejam com previsão de descontinuidade anterior à data da Ordem de Fornecimento ou Serviço, deverá ser substituído por equipamento sucessor da mesma linha, preservando-se todas as características mínimas descritas no Edital e seus anexos;
- O pregoeiro poderá, a qualquer momento, realizar diligência para comprovação da veracidade de qualquer documento apresentado;
- O fornecimento dos equipamentos e a prestação dos serviços serão executados por meio da assinatura de contrato derivado da Ata de Registro de Preços correspondente, visando suprir as necessidades do município de Estância/SE e outros que venham a aderi-la;
- A solicitação para o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços ocorrerá através de Ordem de Fornecimento ou de Serviço, expedida pelo órgão contratante, após a assinatura de instrumento contratual;
- A Ordem de Fornecimento ou Serviço será encaminhada pelo MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE para o endereço eletrônico ou outro meio a ser combinado entre as partes indicadas formalmente pela CONTRATADA no ato da assinatura do instrumento contratual;
- O recebimento dos produtos ou execução dos serviços será efetuado por Comissão de Recebimento ou servidor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido de acordo com a Ordem de Serviço, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos;
- O aceite ou aprovação do(s) produto(s) ou execução do serviço pela Administração não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
- A CONTRATADA é obrigada a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta licitação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- À Administração reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos fornecidos ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas no presente edital e seus anexos. Em caso de não conformidade, o servidor ou Comissão notificará ao responsável para adoção de providência necessária, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis à contratada e rescisão contratual.

•

18. DA VIGÊNCIA E REAJUSTAMENTO DO TERMO DE CONTRATO

- O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 a 108 da Lei nº 14.133/2021.
- Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - IBGE e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- O custo estimado anual da contratação será de R\$ 491.124,00 (quatrocentos e noventa e um mil, cento e vinte e quatro reais), conforme custos unitários apostos *na tabela acima, para o período de 12 meses. Perfazendo um montante de R\$ 2.455.620,00 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais) no decorrer dos 5 anos.*

19. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 13097050000180-0-000058/2026 ;

Data de publicação no PNCP: 04/01/2026 ;

Id do item no PCA: 4880 a 4883 ;

Classe/Grupo: 4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica ;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

20. LOCAL DE ENTREGA

O local de entrega dos equipamentos e serviços ocorrerão nas dependências do Paço Municipal, localizado a Praça Barão do Rio Branco, 76, Centro, Estância – SE.

21. DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Município de Estância/SE.

A contratação será atendida pela seguinte dotação, com previsão de início da execução de 12 de junho do ano de 2026 e para os anos subsequentes de acordo com LOA e PPA:

Secretaria Municipal da Administração

Unidade Orçamentária	Projeto de Atividade	Função Programática	Fonte do Recurso	Elemento de Despesa	Subelemento	Saldo Orçamentário
0206	2012	04.122.0001.2012	150.00000	3390.40.00	03	667.502,79

Estância, 13 de maio de 2026

Elaborado por:

Antonio Cruz Dias Junior
Agente Administrativo II

Jonathas Sandes de Carvalho
Técnico em Informática II

Ciente

José Paulo Bispo Dórea dos Santos
Secretário Mun. da Administração
Dec. 8.915/2025



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

ANEXO II – DETALHAMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS
CONTRATAÇÃO DE ACESSOS À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET

1. OBJETO

1.1. Contratação de dois fornecedores distintos para prestação de serviço redundante de acesso dedicado à Rede Mundial de Computadores – Internet, para trânsito do Sistema Autônomo (AS – Autonomous System) da Prefeitura do Município de Estância (PME), conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. Portanto, para assegurar o trânsito do Autonomous System AS267086 da Prefeitura Municipal de Estância, além de garantir disponibilidade e segurança de acesso, **o vencedor do Lote 1 estará automaticamente desclassificado do Lote 2.**

1.3. Para facilitar o entendimento durante o processo licitatório, de agora em diante os links serão chamados de **LINK INTERNET PRINCIPAL** (Lote 1), **LINK INTERNET Redundante** (Lote 2).

2. JUSTIFICATIVAS

Atender às exigências que assegurem o trânsito do Autonomous System AS267086, da Prefeitura Municipal de Estância.

Obter a prestação de serviços de telecomunicações com vantagens financeiras para o erário, baseadas na economia de escala, através de valores tarifários diferenciados e padronizados, que geram a economicidade.

Uniformizar a política de preços dos serviços de telecomunicações praticados neste segmento.

Permitir, quando necessário, o aumento na banda de tráfego dos links IP (Internet Protocol), com mecanismos de segurança e roteamento automáticos que suportem as demandas de acesso interno e externo aos Portais WEB da PME.

A Administração conclui pela possibilidade de dividir o objeto em vários grupos por ser econômica e tecnicamente viável, tendo em vista que é um modo já adotado no mercado de acesso à internet. A divisão adotada não culmina na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afeta a integridade do objeto pretendido ou compromete a perfeita execução do mesmo. Ressalte-se que a divisão em grupos atentou às práticas mercadológicas aliadas ao interesse da Administração, preservando a forma mais eficiente da contratação e ainda não ferindo a competição do certame.

3. SIGLAS E NOMENCLATURAS UTILIZADAS NESTE DOCUMENTO:

PME – PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA;

DTI – DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

PTT – PONTO DE TROCA DE TRÁFEGO;

PTTMetro – PONTO DE TROCA DE TRÁFEGO METROPOLITANO;

AS – AUTONOMOUS SYSTEM (SISTEMA AUTÔNOMO);

ASN – AUTONOMOUS SYSTEM NUMBER;

RFC – REQUEST FOR COMMENTS;

IETF – INTERNET ENGINEERING TASK FORCE;

BGP – BORDER GATEWAY PROTOCOL;

IP – INTERNET PROTOCOL;

IEEE – INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONICS ENGINEERS;

SLA – SERVICE LEVEL AGREEMENT.

4. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS E SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Pelo fato de o objeto possuir características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, e de comprovadamente existirem diversas empresas prestadoras destes serviços no mercado, não será admitida a



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

constituição de consórcios.

4.2. Será permitida a subcontratação apenas de atividades acessórias e complementares, desde que isso não implique transferência da prestação do serviço contratado, em perda de economicidade ou em detrimento de sua qualidade.

4.3. Não é permitido que os vencedores dos lotes, subcontratação mútua, de nenhum das obrigações técnicas exigidas nesse termo, como por exemplo, fornecimento de link, equipamentos, rede física, abrigo de equipamentos, suporte entre outros.

4.4. Entende-se como atividade acessória e complementar aquelas atividades de apoio para montagem ou manutenção do item de serviço.

4.5. A subcontratação não exime a responsabilidade da CONTRATADA, observada a qualidade, a fidelidade ao objeto e a garantia sobre a totalidade dos serviços prestados, cabendo-lhe também a devida supervisão e coordenação dessas atividades.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. LOTE 1: LINK INTERNET PRINCIPAL: Serviço de acesso PRINCIPAL à Internet para atender necessidades dos órgãos e entidades da administração pública Direta e Indireta da Prefeitura do Município de Estância (PME). Para assegurar disponibilidade e segurança de acesso, além do fato da Prefeitura de Estância ser um Autonomous System (AS), sob o número AS267086, o vencedor deste lote estará impedido do provimento do serviço do lote 2.

5.2. LOTE 2: LINK INTERNET REDUNDANTE: Serviço de acesso Redundante à Internet para atender necessidades dos órgãos e entidades da administração pública Direta e Indireta da Prefeitura do Município de Estância (PME). Para assegurar disponibilidade e segurança de acesso, além do fato da Prefeitura de Estância ser um Autonomous System (AS), sob o número AS267086, o vencedor deste lote estará impedido do provimento do serviço do lote 1.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. LOTE 1: LINK INTERNET PRINCIPAL – Este item trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso à rede mundial internet conforme características abaixo:

6.1.1. Deverá ser disponibilizado acesso IP permanente que possibilite a interligação do ambiente da CONTRATANTE à rede mundial de computadores, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, composto de um canal direto com a Internet de uso ilimitado, em conformidade com os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço deste documento;

6.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer circuitos com transmissão full duplex e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente;

6.1.3. A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado. A CONTRATADA não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo, exceto quando houver concordância por escrito da CONTRATANTE;

6.1.4. O serviço deverá ser fornecido na modalidade dedicado e deverá estar conectado à Internet Mundial com total conectividade IP, englobando toda a infraestrutura de equipamentos, meios de acesso e serviços;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.1.5. Para assegurar o trânsito de dados, do Autonomous System AS267086 da Prefeitura Municipal de Estância, além de garantir disponibilidade e segurança de acesso, o vencedor do Lote 1 estará automaticamente desclassificado do Lote 2;

6.1.6. A empresa vencedora deste lote deverá apresentar resultado das consultas BGP, tendo como base os blocos IPv4 e IPv6 que serão utilizados na sessão entre seu roteador e o rotador da PME, com o objetivo de demonstrar quais os Path utilizados ela em seus roteadores, e evitar que os mesmos sejam distintos daqueles utilizados no lote 2;

6.1.6.1. Para essas consultas serão aceitos os <https://lookingglass.centurylink.com>, <https://lg.he.net> e <http://lg.alog.com.br>, impresso diretamente do navegador utilizado na consulta;

6.1.7. A empresa fornecedora deste lote deverá obrigatoriamente:

6.1.7.1. Ser um Autonomous System (AS), atendendo a RFC4893;

6.1.7.2. Ser participante do Ponto de Intercâmbio de Internet – IXP (ix.br, PTTMetro) no IX de Salvador;

6.1.7.3. Possuir no seu quadro de funcionário pelo menos um técnico com conhecimento nos protocolos BGP-4 e IEEE 802.1Q

6.1.8. O meio físico utilizado no acesso deve ser rede própria de Fibra Ótica, interligando seu *Backbone* ao da Prefeitura Municipal da Estância;

6.1.8.1. Ao item anterior, caberá a observância do item 6.2.1 deste termo.

6.1.9. Para garantir a contingência física, o caminho percorrido pela fibra ótica deverá observar o anexo II, de modo que o mesmo não utilize os mesmos postes e logradouros que o caminho percorrido pela fibra do lote 2;

6.1.10. Os equipamentos utilizados para o fornecimento deste acesso devem suportar pelo menos 40Gbps, de modo a prever aumento futuro de velocidade;

6.1.11. O aumento da velocidade se dará a partir da análise de medições previamente solicitadas, através de mecanismos formais previstos;

6.1.12. A velocidade inicial deste acesso deverá ser de 2 Gbps, em circuito único não balanceado e garantia de banda de 99,7%;

6.1.13. A CONTRATADA deverá manter sessão BGP4 com o servidor de borda da PME, de acordo com as orientações dos seus técnicos, a serem repassadas quando da ativação do serviço;

6.1.14. A CONTRATADA deverá ainda fazer anúncio dos blocos pertencentes ao ASN da PME;

6.1.15. A CONTRATADA deverá fornecer uma rota padrão e tabelas de roteamento IP parciais através das sessões BGP e, quando solicitado pelo DTI da PME, tabela de roteamento IP completa (full-route) registrados pelas entidades internacionais (LACNIC, AFRINIC, APNIC, ARIN e RIPE);

6.1.16. A CONTRATADA deverá fornecer endereços IP's, sendo um IPv4 e um IPv6 a serem utilizados para sessão BGP entre ela e o roteador da PME;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.1.17. Fornecer dois servidores DNS públicos ou privados não gratuitos, que respondam a consultas DNS nas versões IPv4 e um IPv6 para utilização interna em servidores DNS da PME;

6.1.18. A CONTRATADA deverá fornecer transporte do Backbone da PME até ao PTTMetro no IX de Salvador;

6.1.19. A CONTRATADA, para atender ao item anterior, poderá alocar porta ou fazer compartilhamento de porta pré-existente;

6.1.20. A porta designada no item anterior não poderá ser inferior a 10G.

6.1.20.1. A velocidade de conexão até o IX-Salvador dever ser no mínimo 10G.

6.1.21. A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem feitas nos equipamentos de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação do link com todas as características exigidas;

6.1.22. A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem feitas nos equipamentos de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação das sessões mantidas com o IX-Salvador, com todas as características exigidas;

6.1.23. Deverá, a CONTRATADA, entre outros equipamentos, acessórios e insumos necessários para efetivação do fornecimento do serviço, fornecer um ROTEADOR, descrito no anexo IV deste termo, que atenda as seguintes características mínimas:

6.1.23.1. Ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela CONTRATADA;

6.1.23.2. Ter garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados;

6.1.23.3. Novos e de primeiro uso;

6.1.23.4. Ser padrão Rack 19" de modo a permitir a sua fixação através de "kit de fixação", não sendo permitido a utilização de bandeja;

6.1.23.5. Todas as atualizações e correções (patches) de softwares, necessárias para o cumprimento dos requisitos exigidos neste Termo de Referência, deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

6.1.23.6. Suportar a velocidade de acesso final definida pela CONTRATANTE;

6.1.23.7. Suportar o acesso às MIBs que permitam a monitoração de parâmetros de desempenho;

6.1.23.8. Possuir o protocolo SNMP habilitado e uma comunidade SNMP com acesso de leitura pela CONTRATANTE;

6.1.23.9. Devem operar em até no máximo de 70% (setenta por cento) da capacidade de roteamento e processamento, considerando a velocidade e as classes de serviços contratadas. Deverão estar equipados com memória e processadores necessários para garantir a performance acima exigida.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.1.24. Devem implementar o protocolo BGP v4 ou superior.

6.1.25. É de responsabilidade da PME a oferta de dutos de passagens de cabos internos, fornecimento de energia elétrica e de local de acondicionamento dos equipamentos no local de instalação dos mesmos;

6.1.26. A CONTRATADA é responsável pela passagem de cabos nas instalações internas do prédio, sendo assistida pela equipe de manutenção predial;

6.1.27. Não deverá ser cobrada a instalação do serviço, devendo seu custo ser diluído pelas assinaturas mensais. Ao término do contrato, em caso de renovação contratual, sendo constatada a obsolescência do equipamento, o mesmo deverá ser substituído por equipamento análogo em linha de produção.

6.2. LOTE 2: LINK INTERNET REDUNDANTE – Este item trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso à rede mundial internet conforme características abaixo:

6.2.1. Deverá ser disponibilizado acesso IP permanente que possibilite a interligação do ambiente da CONTRATANTE à rede mundial de computadores, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, composto de um canal direto com a Internet de uso ilimitado, em conformidade com os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço deste documento;

6.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer circuitos com transmissão full duplex e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente;

6.2.3. A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado. A CONTRATADA não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo, exceto quando houver concordância por escrito da CONTRATANTE;

6.2.4. O serviço deverá ser fornecido na modalidade dedicado e deverá estar conectado à Internet Mundial com total conectividade IP, englobando toda a infraestrutura de equipamentos, meios de acesso e serviços;

6.2.5. Para assegurar disponibilidade e segurança de acesso, além do fato da Prefeitura de Estância ser um Autonomous System (AS), sob o número AS267086, o vencedor deste lote estará impedido do provimento do serviço do lote 1;

6.2.6. A empresa vencedora deste lote deverá apresentar resultado das consultas BGP, tendo como base os blocos IPv4 e IPv6 que serão utilizados na sessão entre seu roteador e o roteador da PME, com o objetivo de demonstrar quais os Path utilizados nela em seus roteadores, e evitar que os mesmos sejam distintos daqueles utilizados no lote 1;

6.2.6.1. Para essas consultas serão aceitos os <https://lookingglass.centurylink.com>, <https://lg.he.net> e <http://lg.alog.com.br>, impresso diretamente do navegador utilizado na consulta;

6.2.7. A empresa fornecedora deste lote deverá obrigatoriamente:

6.2.7.1. Ser um Autonomous System (AS), atendendo a RFC4893;

6.2.7.2. Ser participante do Ponto de Intercâmbio de Internet – IXP (ix.br, PTTMetro) no IX de Aracaju;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.2.7.3. Possuir no seu quadro de funcionário pelo menos um técnico com conhecimento nos protocolos BGP-4 e IEEE 802.1Q;

6.2.8. O meio físico utilizado no acesso deve ser de Fibra Ótica, interligando seu *Backbone* ao da Prefeitura Municipal da Estância;

6.2.8.1. Ao item anterior, caberá a observância do item 6.2.1 deste termo.

6.2.9. A CONTRATADA deve fornecer um serviço de Gerência Proativa, o qual caracteriza-se por manter monitoração do serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, devendo agir proativamente em caso de falhas ou degradação de performance e comunicar, de imediato, à PME problemas detectados;

6.2.10. Para garantir a contingência física, o caminho percorrido pela fibra ótica deverá observar o anexo II, de modo que o mesmo não utilize os mesmos postes e logradouros que o caminho percorrido pela fibra do lote 1;

6.2.11. Os equipamentos utilizados para o fornecimento deste acesso devem suportar pelo menos 40 Gbps, de modo a prever aumento futuro de velocidade;

6.2.12. O aumento da velocidade se dará a partir da análise de medições previamente solicitadas, através de mecanismos formais previstos;

6.2.13. A velocidade inicial deste acesso deverá ser de 2Gbps, em circuito único não balanceado e garantia de banda de 99,7%;

6.2.14. A CONTRATADA deverá manter sessão BGP4 com o servidor de borda da PME, de acordo com as orientações dos seus técnicos, a serem repassadas quando da ativação do serviço;

6.2.15. A CONTRATADA deverá ainda fazer anúncio dos blocos pertencentes ao ASN da PME;

6.2.16. A CONTRATADA deverá fornecer uma rota padrão e tabelas de roteamento IP parciais através das sessões BGP e, quando solicitado pelo DTI da PME, tabela de roteamento IP completa (full-route) registrados pelas entidades internacionais (LACNIC, AFRINIC, APNIC, ARIN e RIPE);

6.2.17. A CONTRATADA deverá fornecer endereços IP's, sendo um IPv4 e um IPv6 a serem utilizados para sessão BGP entre ela e o roteador da PME;

6.2.18. Fornecer dois servidores DNS públicos ou privados não gratuitos, que respondam a consultas DNS nas versões IPv4 e um IPv6 para utilização interna em servidores DNS da PME;

6.2.19. A CONTRATADA deverá fornecer transporte do Backbone da PME até ao PTTMetro no IX de Aracaju;

6.2.20. A CONTRATADA, para atender ao item anterior, poderá alocar porta ou fazer compartilhamento de porta pré-existente;

6.2.21. A porta designada no item anterior não poderá ser inferior a 10G.

6.2.21.1. A velocidade de conexão até o IX-Aracaju dever ser no mínimo 10G.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

6.2.22. A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem inseridas no servidor de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação do link com todas as características exigidas;

6.2.23. A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem feitas nos equipamentos de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação das sessões mantidas com o IX-Salvador, com todas as características exigidas;

6.2.24. Deverá, a CONTRATADA, entre outros equipamentos, acessórios e insumos necessários para efetivação do fornecimento do serviço, fornecer um ROTEADOR, descrito no anexo IV deste termo, que atenda as seguintes características mínimas:

6.2.24.1. Ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela CONTRATADA;

6.2.24.2. Ter garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados;

6.2.24.3. Novos e de primeiro uso;

6.2.24.4. Ser padrão Rack 19" de modo a permitir a sua fixação através de "kit de fixação", não sendo permitido a utilização de bandeja;

6.2.24.5. Todas as atualizações e correções (patches) de softwares, necessárias para o cumprimento dos requisitos exigidos neste Termo de Referência, deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

6.2.24.6. Suportar a velocidade de acesso final definida pela CONTRATANTE;

6.2.24.7. Suportar o acesso às MIBs que permitam a monitoração de parâmetros de desempenho;

6.2.24.8. Possuir o protocolo SNMP habilitado e uma comunidade SNMP com acesso de leitura pela CONTRATANTE;

6.2.24.9. Devem operar em até no máximo de 70% (setenta por cento) da capacidade de roteamento e processamento, considerando a velocidade e as classes de serviços contratadas. Deverão estar equipados com memória e processadores necessários para garantir a performance acima exigida.

6.2.24.10. Devem implementar o protocolo BGP v4 ou superior;

6.2.24.11. É de responsabilidade da PME a oferta de dutos de passagens de cabos internos, fornecimento de energia elétrica e de local de acondicionamento dos equipamentos no local de instalação dos mesmos;

6.2.24.12. A CONTRATADA é responsável pela passagem de cabos nas instalações internas do prédio, sendo assistida pela equipe de manutenção predial;

6.2.24.13. Não deverá ser cobrada a instalação do serviço, devendo seu custo ser diluído pelas assinaturas mensais.

6.2.25. Ao término do contrato, em caso de renovação contratual, sendo constatada a obsolescência do equipamento, o mesmo deverá ser substituído por equipamento análogo em linha de produção.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

7. ANTI-DDoS

7.1. Os vencedores do link de Principal e Link de REDUNDANTE, lote 1 e lote 2, deverá prever a prestação do serviço anti-DDoS (Ataque de Negação de Serviço), com os seguintes requisitos adicionais:

7.1.1. Atuar nas frentes de volumetria pelo menos nos seguintes casos: SYN Flood, UDP Flood; TCP Flood; ICMP Flood; ataques de controle da pilha TCP (RST, FIN, Reset), ataque de fragmentação IP, UDP e TCP, ataque de botnet e worms, ataque de IP Spoofing;

7.1.2. Atuar na frente de aplicação pelo menos nos seguintes casos: DNS Flood, HTTP URL Get/Post Flood; DNS, NTP e SNMP Reflection/Amplification, SIP Invite Flood, Slowloris e Pyloris;

7.1.3. Suportar a detecção e mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas e contramedidas como as seguintes, mas não se limitando: White lists; Black lists; Limitação de taxa; Técnicas desafio-resposta; Descarte de pacotes mal formados; Bloqueio por localização geográfica (país) de endereços IP; Técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS; Manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados;

7.1.4. Fornecer proteção para Flash Crowd (crescimento de tráfego legítimo acima do esperado), bloqueando apenas o inconveniente;

7.1.5. Possuir gerenciamento proativo, iniciando a proteção mesmo sem a ciência da equipe do DTI da CONTRATANTE, 24 horas X 7 dias por semana, com prazo de 20 minutos do início do incidente para iniciar a proteção;

7.1.6. O serviço deve ser prestado sem instalação local de equipamentos, pois o bloqueio deve acontecer no backbone, antes de comprometer o tráfego da rede da PME;

7.1.7. A solução deve possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques, de modo a reconhecer automaticamente novos padrões e acionar as equipes;

7.1.8. A solução deve prever o fornecimento de relatórios, painel de monitoramento (dashboard) em tempo real e análise forense dos incidentes;

7.1.9. Prover equipe de atendimento em regime 24 horas X 7 dias por semana em Centro Operacional de Segurança (SOC), via telefone 0800 ou equivalente a ligação para Estância/SE e correio eletrônico, em língua portuguesa.

8. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO DOS SERVIÇOS

8.1. As CONTRATADAS devem disponibilizar uma “Central de Atendimento” on-line e número 0800, para abertura de chamados referentes a problemas relacionados com o fornecimento do serviço contratado.

8.2. O serviço deverá estar disponível no modelo 24 horas em todos os dias da semana, sendo que seu acionamento se dará através de website para abertura de chamado ou ligações telefônicas gratuitas. Cada ocorrência deve gerar um protocolo de atendimento para controle.

8.3. O momento da geração do número de protocolo será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos.

8.4. Caso haja a necessidade de realização de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá formalizar à CONTRATANTE com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data proposta para a realização do serviço. A



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

referida manutenção somente poderá ser realizada com a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de eventual alteração no serviço ser considerado como parada não programada.

9. POLÍTICAS DE SEGURANÇA

9.1. É obrigação da CONTRATADA configurar em sua infraestrutura de Backbone mecanismos para identificar e evitar que o Link Internet contratado se torne um ponto de trânsito ou troca de tráfego entre provedores nacionais e internacionais.

9.2. A contratada deverá atender e aplicar todas as regras e políticas exigidas pelo Comitê Gestor de Internet do Brasil – CGI assim como, as regras internacionais de gestão de AS's.

10. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – SLA E QUALIDADE DO SERVIÇO

10.1. DISPONIBILIDADE

10.1.1. O Índice de disponibilidade mínimo será de 99,7% (noventa e nove vírgula sete por cento) mensal.

10.1.2. O serviço deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante toda vigência do contrato. A contratada deverá estabelecer estrutura de operação para esse nível de serviço.

10.1.3. A disponibilidade do serviço indicará o percentual de tempo, durante o período de 01 (um) mês de operação, em que o serviço permanece em condições normais de funcionamento.

10.1.4. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada no centro de atendimento/supervisão da contratada ou a partir da comunicação de interrupção, feita pela Prefeitura Municipal da Estância, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação e a respectiva informação à Prefeitura Municipal da Estância.

10.1.5. CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE: A disponibilidade do serviço deverá ser calculada pela empresa contratada e enviada mensalmente ao DTI no e-mail suporte@estancia.se.gov.br, assim como deve ser enviado documento impresso juntamente com a notas fiscais, quando assim solicitado.

10.1.6. Para o cálculo mencionado no item anterior, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$$D = \frac{T_0 - T_i}{T_0} \times 100$$

Onde,

D = Disponibilidade;

T₀ = Tempo de operação, minutos em um mês (43.200 minutos)

T_i = Tempo de indisponibilidade, em minutos, ocorridos no mês.

Para T_i não serão considerados o tempo de parada programada ou aquelas de responsabilidade do município.

10.1.7. O Índice de Disponibilidade mínimo, é de 99,7% (noventa e nove por cento) por mês.

10.1.8. Sempre que forem apurados índices de disponibilidade abaixo do limite mínimo, estabelecido neste termo de referência, o somatório de tempo de inoperância, dentro do período de faturamento, será descontado dos custos



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

mensais dos serviços, baseado na seguinte fórmula:

$$Dc = \frac{C_m \times T_i}{43200}$$

Onde:

C_m = Custo mensal do contrato;

T_i = Somatório dos minutos de interrupção observados no período.

10.1.9. TOLERÂNCIA DE DISPONIBILIDADE E GLOSA: Ficam estabelecidos limites de tolerância para os percentuais de disponibilidade calculados, que ao serem excedidos, determinarão glosas específicas no custo do contrato, conforme demonstrado a seguir:

10.1.9.1. Percentuais de disponibilidade de 99,7% ensejarão a glosa de 2% no custo do contrato;

10.1.9.2. Percentuais de disponibilidade abaixo de 99,7% até 90,0% ensejarão a glosa de 5% no custo do contrato;

10.1.9.3. Percentuais de disponibilidade abaixo de 89,9% até 80,0% ensejarão a glosa de 10% no custo do contrato;

10.1.9.4. A empresa contratada deverá ainda fornecer relatório mensal de disponibilidade para fins de atesto da fatura assim como enviar esses relatórios para o DTI no e-mail suporte@estancia.se.gov.br .

10.2. TAXA DE ERROS

10.2.1. A contratada deverá realizar aferições do total de pacotes trafegados e do total de pacotes com erro. Para tal, a contratada deverá coletar informações de pacotes trafegados e pacotes com erro em intervalos de, no máximo, 5 minutos, e calcular a taxa de erros em cada dia dentro do período de faturamento (30 dias);

10.2.2. A taxa de erro máxima admitida para os canais de comunicação é de 10-2 pacotes e esta é considerada como condições normais de funcionamento;

10.2.3. Mensalmente, a contratada enviará ao DTI no e-mail suporte@estancia.se.gov.br, o relatório das 100 medições de pacotes trafegados e pacotes com erro, bem como o cálculo das taxas de erros verificadas em cada um dos dias do período de faturamento (30 dias). Esses dados deverão também ser enviados no relatório mensal, para fins de faturamento;

10.2.4. CÁLCULO DA TAXA DE ERROS: A contratada deverá calcular o valor a ser descontado do faturamento mensal, aplicando a seguinte fórmula:

Onde:

C_m = Valor mensal do contrato;

T_d = Somatório de dias, dentro do período de faturamento, em que a taxa de erros calculada esteve acima da taxa de erros máxima admitida.

$$Dc = (C_m \times T_d) / 30$$

10.2.5. TOLERÂNCIA DA TAXA DE ERROS E GLOSA: A taxa máxima de erros permitida é 10⁻² pacotes;

10.2.6. Ficam estabelecidos limites de tolerância para a quantidade de dias, que venham a apresentar taxas de erros superiores ao valor máximo admitido, conforme demonstrado a seguir:

10.2.6.1. Quando T_d for maior que 4 (quatro) será efetuada a glosa de 2% do custo mensal do canal de comunicação.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

10.2.6.2. Quando Td for maior que 8 (oito) será efetuada a glosa de 5% do custo mensal do canal de comunicação.

10.2.6.3. Os descontos descritos acima somente serão considerados para as correlações, que dentro do período de observação (07h00 às 18h00), apresentarem taxas de utilização de banda inferiores a 10%.

10.3. RETARDO DE REDE

10.3.1. Entende-se com retardo da rede o tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote até a recepção do último bit do mesmo pacote, em apenas um dos sentidos da transmissão de dados.

10.3.2. CÁLCULO DO RETARDO DE REDE: A apuração do retardo na rede do CONTRATANTE será efetuada com o envio de pacotes ICMP de tamanho fixo de 32 octetos de dados, entre terminais de origem e destino localizados no seu Backbone até o Backbone da contratada, retornando à origem onde será realizada a medição do tempo de resposta destes pacotes. Como o tempo de resposta corresponde ao tempo de ida e volta do pacote, o tempo de retardo será considerado como o tempo de resposta dividido por dois.

Onde:

Retardo = Tempo de Resposta de um pacote ICMP dividido por 2.

10.3.3. Cada medida deverá ser realizada através do envio de uma série de 4 pacotes ICMP por vez. O valor instantâneo do retardo referente a uma medida será igual à média aritmética dos quatro valores dos tempos de resposta referentes à série de pacotes ICMP enviados, dividida por dois, pois será considerado o retardo apenas em um dos sentidos da comunicação.

10.3.4. Os intervalos de observação deverão ser de 10 minutos no horário entre 07h e 12h00 e entre 14h00 e 19h00. Todos os resultados obtidos através das medições deverão ser disponibilizados e considerados no indicador diário de Retardo. Para garantir a validade das medidas a CONTRATADA poderá configurar os roteadores da rede (nível 3 da camada OSI) para tratarem os pacotes ICMP com prioridade, porém nunca superior ao restante do tráfego. Os valores das médias diárias das medidas deverão ser inferiores ao valor estabelecido para o Retardo máximo permitido (limiar de qualidade);

10.3.5. A periodicidade da aferição deve ser diária.

10.3.6. As medições devem ser realizadas pela CONTRATADA, permitindo auditoria pelo CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.

10.3.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os diversos valores apurados.

10.3.8. Os relatórios deverão fornecer os valores diários medidos e as médias de retardo, que espelhem todas as condições/medidas/resultados da fórmula de cálculo. A CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do CONTRATANTE relatórios diários com os valores de Retardo para medição realizada, com a finalidade de acompanhamento, averiguação ou auditoria.

10.3.9. TOLERÂNCIA DO RETARDO DE REDE E GLOSA: Retardo máximo permitido: 110ms.

10.3.9.1. Quando a medição da Taxa de Erros mensal for maior que 110ms até 300ms, será efetuada a glosa de 2% do custo mensal do canal de comunicação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

10.3.9.2. Quando a medição da Taxa de Erros mensal for maior que 300ms até 500ms, será efetuada a glosa de 5% do custo mensal do canal de comunicação.

10.3.9.3. Quando a medição da Taxa de Erros mensal for maior que 500ms, será efetuada a glosa de 10% do custo mensal do canal de comunicação.

10.4. PRAZO DE ATIVAÇÃO E PRAZO DE REPARO DOS LINKS

10.4.1. O prazo máximo de ativação dos Links de Internet PRINCIPAL E REDUNDANTE é de até 10 dias úteis, contados após a emissão da ordem de serviço;

10.4.1.1. Caso os prazos acima não sejam cumpridos, será descontado 1% do valor mensal do serviço contratado por dia de atraso.

10.4.2. O prazo para conclusão das ativações com os respectivos IXs, é de 60 dias corridos, iniciados um dia após a emissão da ordem de serviço de ativação dos Links PRINCIPAL e REDUNDANTE.

10.4.3. Caso os prazos acima, não seja cumprido, será desconto 1% do valor mensal do serviço contratado por dia de atraso.

10.4.4. Prazo de reparo: Em caso de indisponibilidade do circuito o prazo máximo para seu completo restabelecimento é de 4 horas corridas, contados a partir do registro do chamado na Central de Serviços;

10.4.4.1. Caso o prazo acima não seja cumprido, será desconto 0,1% do valor mensal do serviço contratado por hora de atraso.

Cronograma de Prazos

Fases	Descrição	Prazo
1	Ativação dos Links de Internet PRINCIPAL E REDUNDANTE	10 dias uteis (a partir da emissão da OS)
2	Conclusão das Configurações com os respectivos IXs	60 dias corridos (a partir da emissão da OS)

Obs: A Fase 1 representa a instalação do meio físico e ativação das sessões BGP dos dois links (PRINCIPAL E REDUNDANTE) no Datacenter da PME. A Fases 2 consiste na configuração e ativação das portas da PME nos PPTs de Aracaju e Salvador, por isso os prazos se estendem, pois não dependem exclusivamente das Empresas licitantes, mas também da Autarquia Reguladora da Internet. A aplicação do SLA ocorrerá após finalizada essa etapa 1, visto que finalizada essa etapa a conexão com a Internet já deve estar finalizada.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

DADO DA EMPRESA	
NOME:	
CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO	
E-MAIL	
FONE CELULAR	FIXO

EDITAL Nº	
OBJETO	Contratação de dois fornecedores distintos para prestação de serviço redundante de acesso dedicado à Rede Mundial de Computadores – Internet, para trânsito do Sistema Autônomo (AS – Autonomous System) da Prefeitura do Município de Estância (PME), conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS

Item	Descrição serviço	Qtde	Unidade de medida	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total Mensal
1	Link dedicado de Internet na velocidade de 2 Gbps	1	Assinatura Mensal			
2	Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal			
3	Proteção Anti-DDoS do Acesso Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal			
4	Equipamento (CPE) do Acesso Internet 2 Gbps	1	Assinatura Mensal			
VALOR GLOBAL DO LOTE 1 (VALOR MENSAL x 12 MESES)						

OUTRAS CONDIÇÕES

Será realizado o treinamento para manuseio da tecnologia fornecida, sem custo para o contratante.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias Referente aos Lotes 1 e 2, as CONTRATADAS deverão instalar seus cabamentos observando os critérios abaixo relacionados de modo que cada meio físico chegue ao prédio da contratante, localizado à praça Barão do Rio Branco, 76 – Centro – Estância/SE, por caminhos distintos. Para tanto, fica estabelecido que:

O Link PRINCIPAL (LOTE 1), chegará ao prédio da contratada através de logradouros situados ao Norte do mesmo, e cuja entrada se dará pela frente do mesmo, ou definido pela equipe técnica do município.

O Link REDUNDANTE (LOTE 2), chegará ao prédio da contratada através de logradouros situados à Oeste do mesmo, e cuja entrada se dará pelo fundo do mesmo, ou definido pela equipe técnica do município.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030
ANEXO IV – CARACTERÍSTICAS DO ROTEADOR

Aspectos Físicos e Elétricos - Obrigatório

Fontes redundantes, com cabos inclusos no padrão de tomada brasileiro de três pinos sem a necessidade de adaptadores;

Consumo de energia 2000W ou inferior

Ventilação Interna;

Tamanho compatível com rack 19" e ocupação máxima preferencialmente de 2U - (roteador);

Serviços e Segurança - Facultativo

Stateful Services;

Firewall Filters/ACLs e Stateful Firewall;

DDoS-Control Plane;

DDoS—FlowSpec;

Stateless Filters L2-L4;

Deep Packet Inspection;

Flow Monitoring;

HTTP Header Manipulation;

Web Filtering;

DNS Sinkhole;

IPsec;

Processamento e Rede - Obrigatório

Encaminhamento de pacote e roteamento feito por hardware (Na Interface de Rede);

Processador 6 Core 2.0 GHz CPU ou superior;

Memória RAM 64 GB DDR4 ou superior;

Flash Storage 32 MB NOR ou superior;

Capacidade Switching 2.4 Tbit/s ou superior;

O equipamento deve possuir arquitetura de processamento de pacotes em hardware dedicado (ASIC, Network Processor ou equivalente) e matriz de comutação interna (switch fabric) non-blocking, compatível com o throughput agregado das interfaces, sem degradação de desempenho sob carga.

Capacidade de rotas na FIB 4 milhões ou mais;

Protocolos

BGP4; OSPFv3 e OSPFv2; 802.1Q; MPLS; IPv4 e IPv6; NAT; SR;

Capacidade Mínima de Interfaces de Rede e Ocupação na Instalação - Obrigatório

*Portas 10Gbps capacidade para 4 portas;

*Portas 10GbE capacidade para 8 portas. Obrigatório fornecer no momento da instalação cabo e dois Transceptores (1



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030**

no roteador e outro no cliente);

****Portas 40GbE capacidade para 4; (cabos pares de Transceptores, 1 no roteador e outro no cliente);**

****Portas 100GbE capacidade 4 Portas; (cabo e pares Transceptores, 1 no roteador e outro no cliente);**

Suporte QSFP 28 HQoS;

**Instalado no momento da ativação do link.*

*** Interfaces deverão ser fornecidas, quando solicitada pela contratante, a qualquer dentro da vigência do contrato.*

Estância, 24 de abril de 20260

Marcos André Silva Conceição
Técnico em Informática II



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030
ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____, FIRMADO ENTRE O **MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DA _____** E A EMPRESA _____, NOS TERMOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º ____/_____/ADM.

O MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, pessoa jurídica de Direito Público Interno do Estado de Sergipe, devidamente inscrito no CNPJ n.º 13.097.050/0001-80, com sede localizada à Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, Estância/SE, CEP 49200-000, através de seu representante legal, o Prefeito _____, C.P.F n.º _____ e RG de n.º _____ SSP/SE, residente e domiciliado à Rua _____, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA _____**, neste ato representada pela Secretária, a Sra. _____, C.P.F n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliada na Rua _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na Rua _____, neste ato representada por _____, registrado no C.P.F n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n.º .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato fundamenta-se no Art. ____ da Lei N.º 14.133/2021 e rege-se pelas disposições constantes no artigo n.º 92 do referido Diploma Legal (**Lei de Licitações e Contratos Administrativos**) e vincula-se ao Pregão Eletrônico n.º **XX/20XX**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR POR UNIDADE(R\$)
01				

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTAMENTO DO TERMO DE CONTRATO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

3.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), podendo ser prorrogado de acordo com as disposições constantes no art. 105 da Lei n° 14.133/2021.

3.2. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para melhor adequação da necessidade da **Secretaria Municipal da _____**, observando as disposições do artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021.

3.3. A CONTRATADA será convocada, formalmente, para assinar o instrumento contratual, devendo ser assinado por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito, **o prazo de 05 (cinco) dias úteis.**

3.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela prestadora de serviços, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Secretaria Municipal da _____**.

3.5. Na assinatura do instrumento contratual e/ou retirada da nota de empenho de despesa e quando da realização do pagamento, poderão ser exigidas a apresentação das certidões atualizadas e a comprovação das condições de habilitação consignadas na Lei n.º 14.133/2021, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante a vigência do instrumento contratual.

3.6. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato e mediante termo aditivo.

3.7. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - IBGE e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

5.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não entrega dos produtos conforme solicitação,

b) não substituir os itens que porventura vier a ser entregue em desacordo com as especificações predefinidas neste documento;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

5.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) A entrega deverá estar em conformidade e dentro dos prazos estabelecidos, para que se possa proceder com a quitação, devendo esta ser de forma integral, uma vez que a solicitação se fará da mesma forma e modelo.

5.3. Do recebimento

a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) O prazo da disposição acima será contado da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente.

c) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

d) O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

e) O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

f) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

g) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

h) O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

i) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

j) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

m) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- n)** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- o)** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- p)** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- q)** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- r)** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- s)** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- t)** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- u)** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.4. Liquidação

- a)** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- b)** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- c)** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.5. Prazo de pagamento

a) O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

b) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

5.6. Forma de pagamento

a) O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

c) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

6.1. O pagamento decorrente deste contrato será empenhado pelo recurso da dotação orçamentária abaixo especificada:

Unidade Orçamentária	Função Programática	Projeto Atividade	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Subelemento	Saldo Orçamentário

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RETENÇÕES

7.1. Do valor global contratado para a prestação do serviço serão retidos os impostos devidos de acordo com as



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

legislações vigentes.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. A CONTRATADA, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

8.1.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ocasionado em bem móvel ou imóvel da CONTRATANTE, em especial àqueles relacionados à prestação do serviço de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

8.1.4. Utilizar empregados habilitados e com o devido conhecimento necessário dos produtos e serviços a serem instalados e mantidos, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os equipamentos de proteção individual – EPI, quando for o caso;

8.1.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.1.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

8.1.8. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação, conforme descrito neste TERMO DE REFERÊNCIA;

8.1.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.1.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.1.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação;

8.1.12. Na execução dos serviços de entrega e assistência técnica do objeto da presente contratação não permitir a



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

8.1.16. Prever todos os materiais e serviços necessários, de modo a entregar o objeto completo, em plenas condições de aceitação;

8.1.17. Designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;

8.1.18. Executar o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA de acordo com suas especificações técnicas nos locais, dias, turnos e horários determinados;

8.1.19. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para entrega completa e eficiente do objeto deste contrato;

8.1.20. Zelar pela boa e completa execução do objeto e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

8.1.21. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da entrega;

8.1.22. Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

8.1.23. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Termo de Referência;

8.1.24. Observar as legislações federal, estadual e municipal relativa ao objeto do Termo de Referência;

8.1.25. Garantir que todos os componentes que integrem o objeto adquirido estejam em conformidade com regulamentos editados pela Anatel ou com as normas por ela adotadas, quando for o caso;

8.1.26. Remover equipamento (ou partes dele) do local de instalação somente com o conhecimento prévio e com autorização de retirada, por escrito, do gestor do contrato;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

8.1.27. Recompôr o ambiente em sua forma original quando for efetuada qualquer remoção, demolição, abertura de valas, furos ou outras alterações que afetem a estrutura física de algum recinto, utilizando materiais e ferramentas próprios, conforme orientação do gestor;

8.1.28. Os profissionais responsáveis pelos serviços considerados de engenharia devem integrar o quadro permanente da arrematante e ter Certidão de Registro válida de Pessoa Física junto ao CREA, para aqueles profissionais cujas atividades são passíveis de registro e fiscalização por esse Conselho.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos equipamentos e serviços, assim como sua instalação e assistência técnica, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da entrega do equipamento e/ou da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.5. Proporcionar à contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

9.1.6. Emitir a devida Ordem de Fornecimento ou de Serviço;

9.1.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções, às alterações e às revisões do Contrato;

9.1.8. Aplicar as sanções cabíveis;

9.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, quando for o caso;

9.1.10. Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;

9.1.11. Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- d) **Multa**:

(1) Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação;

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de **25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação;

(4) Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de **20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação;

(5) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

(6) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante; (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa; (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação; (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente; (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei; (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia; (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO OBJETO



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

13.1. As especificações e características dos produtos e serviços estão detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. As LICITANTES devem atender também às seguintes exigências gerais:

13.1.1. As LICITANTES devem ofertar suporte técnico preferencialmente local quando necessário;

13.1.2. Todos os equipamentos devem ser fornecidos completos, contendo todos os componentes de hardware (incluindo memórias, módulos, cabos, conectores e adaptadores), licenças (caso necessário) e softwares (firmware) necessários para a implementação e configuração de todos os recursos especificados como requeridos neste documento, bem como todos os materiais (por exemplo: cabos, adaptadores, parafusos, porcas e anilhas) necessários para a fixação dos equipamentos no local adequado;

13.1.3. A CONTRATADA deverá garantir a atualização dos microcódigos, firmwares, drivers e softwares instalados, provendo o fornecimento e instalação de novas versões por necessidades de correção de problemas ou por implementação de novos releases durante o período supracitado;

13.1.4. Quaisquer substituições de hardware e/ou intervenções no software deverão ser realizadas nos locais de instalação dos mesmos;

13.1.5. Quando for o caso, a CONTRATADA deverá fornecer todos e quaisquer softwares necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos na modalidade de uso perpétuo, ou seja, os softwares devem possibilitar que os equipamentos continuem a operar normalmente mesmo após o período de garantia contratada, exceto itens que sejam considerados SaaS – Software as a Service;

13.1.6. O LICITANTE deverá apresentar/fornecer, acompanhado da proposta comercial, a documentação comprobatória do atendimento de todos os requisitos técnicos, ou seja, apresentar documentos de domínio público que comprovem todos os recursos e funcionalidades mínimas exigidas para os equipamentos que integrarão as características técnicas solicitadas neste Termo de Referência;

13.1.7. O LICITANTE deverá apresentar comprovação de que os produtos ofertados são de origem idônea e que possuem a devida garantia, bem como a existência de representante no país;

13.1.8. Todos os componentes e acessórios deverão ser entregues instalados e com fornecimentos de todos os insumos para garantir seu completo funcionamento;

13.1.9. É de total responsabilidade da CONTRATADA o entendimento do contexto do projeto no qual será aplicada às soluções por elas propostas. Deverá fazer parte do escopo de fornecimento da solução de cada item a integração com os equipamentos das soluções fornecidas em atendimento aos demais itens correlatos objetos deste Termo de Referência;

13.1.10. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao local da instalação e da manutenção dos equipamentos, seja para retirada e/ou entrega, incluindo todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes;

13.1.11. Caso a CONTRATADA necessite fornecer hardwares e/ou softwares adicionais não especificados nominalmente neste Termo de Referência, mas necessários para atender as funcionalidades exigidas, os custos desses componentes deverão estar inseridos no preço total ofertado no respectivo item;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

13.1.12. Todos os componentes e subcomponentes objetos deste Termo de Referência propostos deverão ser novos, de primeiro uso, sem previsão de descontinuidade anunciada, não se admitindo peças já usadas, reparadas, entre outros, com tecnologia atualizada e avançada, em linha de produção atendendo às características técnicas presentes nos anexos deste Termo de Referência;

13.1.13. Caso os equipamentos constantes da proposta vencedora tenham sido descontinuados ou estejam com previsão de descontinuidade anterior à data da Ordem de Fornecimento ou Serviço, deverá ser substituído por equipamento sucessor da mesma linha, preservando-se todas as características mínimas descritas no Edital e seus anexos;

13.1.14. O pregoeiro poderá, a qualquer momento, realizar diligência para comprovação da veracidade de qualquer documento apresentado;

13.1.15. O fornecimento dos equipamentos e a prestação dos serviços serão executados por meio da assinatura de contrato derivado da Ata de Registro de Preços correspondente, visando suprir as necessidades do município de Estância/SE e outros que venham a aderi-la;

13.1.16. A solicitação para o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços ocorrerá através de Ordem de Fornecimento ou de Serviço, expedida pelo órgão contratante, após a assinatura de instrumento contratual;

13.1.17. A Ordem de Fornecimento ou Serviço será encaminhada pelo MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE para o endereço eletrônico ou outro meio a ser combinado entre as partes indicadas formalmente pela CONTRATADA no ato da assinatura do instrumento contratual;

13.1.18. O recebimento dos produtos ou execução dos serviços será efetuado por Comissão de Recebimento ou servidor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido de acordo com a Ordem de Serviço, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos;

13.1.19. O aceite ou aprovação do(s) produto(s) ou execução do serviço pela Administração não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

13.1.20. A CONTRATADA é obrigada a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta licitação;

13.1.21. À Administração reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos fornecidos ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas no presente edital e seus anexos. Em caso de não conformidade, o servidor ou Comissão notificará ao responsável para adoção de providência necessária, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis à contratada e rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da cidade de Estância/SE, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, assim, por acharem-se justos e acordados, assinam o presente termo em 03 (Três) vias de igual teor, para que possa surtir os efeitos jurídicos.

Estância/SE, __ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito de Estância/SE
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratado

TESTEMUNHA:

NOME: _____ **CPF:** _____

NOME: _____ **CPF:** _____



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030
ANEXO VI – MODELO ORDEM DE SERVIÇO N° XXX/20XX

DADOS DO PROCESSO

Licitação:
Ata de Registro:
Contrato n.º:
Objeto:
Contratante: Prefeitura Municipal de Estância
CNPJ: 13.097.050/0001-80
Contatos: xxxxxxxx@estancia.se.gov.br / 79 3522-XXXX
Fiscal:
Valor:

DADOS DA CONTRATADA

Empresa: XXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXX
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX
E-mail: _____ Telefone: _____
Responsável/Preposto: XXXXXXXX

De acordo com os dados em epígrafe, ordenamos o início dos serviços conforme descrição na tabela a seguir e data abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD	VLR MENSAL	SUBTOTAL
01				
TOTAL				

Estância/SE, XX de XXXXXXXXXXXX de 202X.

SECRETARIA SOLICITANTE
Nome do Representante Legal – Cargo
Decreto

EMPRESA CONTRATADA
Nome do Representante Legal – Cargo
CPF n.º



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030
ANEXO VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº3

DE 21/01/2026

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo fundamentar a contratação de serviço redundante de acesso à rede mundial de computadores, visando contratação do serviço redundante de acesso dedicado à Rede Mundial de Computadores – Internet, para trânsito do Sistema Autônomo (AS – Autonomous System) da Prefeitura do Município de Estância (PME). A importância da contratação reside na necessidade de garantir a continuidade e a confiabilidade dos serviços de comunicação digital, que são essenciais para a administração pública e para a prestação de serviços à população. A ausência de um serviço de acesso redundante pode resultar em interrupções que comprometam a eficiência das atividades administrativas e a prestação de serviços essenciais, além de impactar negativamente a transparência e a comunicação com a sociedade.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A administração municipal de Estância enfrenta atualmente desafios relacionados à conectividade e à estabilidade dos serviços de internet. A necessidade de um serviço redundante de acesso à rede mundial de computadores se justifica pela demanda crescente por serviços digitais, que requerem uma infraestrutura robusta e confiável. A falta de um acesso redundante pode resultar em quedas de conexão, comprometendo a realização de atividades administrativas e a comunicação com a população. A contratação do serviço é imprescindível para garantir a continuidade dos serviços públicos, a segurança da informação e a transparência nas ações governamentais. A não contratação pode levar a prejuízos operacionais e à insatisfação da população.

Necessidades de Negócio

Atender aos requisitos de disponibilidade de informação dos serviços e soluções de TI disponibilizadas pelo Município de Estância/SE aos seus usuários internos e à sociedade;

Prover um programa permanente de Tecnologia da Informação que aumente e promova a modernização da gestão dos processos e serviços de TI utilizados pelo município;

Prover a instituição de infraestrutura de Tecnologia de Informação, adequada ao desenho institucional do Município de Estância/SE, e que atenda adequadamente às demandas advindas da realização das atividades desenvolvidas por este órgão.

Necessita-se de um link de internet principal e link de backup (contingência) por operadora distinta do provedor principal.

O prazo inicial do contrato é aconselhável ter no mínimo 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado e reajustado mediante termos aditivos e de apostilamento.

Necessidades Tecnológicas

O acesso físico, do ponto de presença da CONTRATADA até aos demais sites do Município, deverá ser efetuado por



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

meio de cabo único de fibra ótica. Não será permitida, em hipótese alguma, a utilização de equipamentos com tecnologia de transmissão via satélite e/ou rádio, pois estes dois tipos de tecnologia são muito suscetíveis às intempéries, podendo ocasionar problemas na transmissão de dados, os quais necessitam de extrema confiabilidade para o bom funcionamento dos serviços.

A execução dos serviços e instalação dos equipamentos constantes neste memorial devem ser entregues e instalados em locais citados abaixo, com as capacidades mínimas exigidas.

Endereço da instalação da conexão do serviço de acesso a rede mundial de computadores:

Paço Municipal - Praça Barão do Rio Branco, 76, Centro, Estância/SE Departamento de Tecnologia da Informação (sala do Servidor)

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21).

No Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Estância, a contratação do serviço redundante de acesso à rede mundial de computadores está prevista como uma ação prioritária, alinhada às diretrizes de modernização da gestão pública e de melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação. O PCA contempla a alocação de recursos orçamentários necessários para a execução da contratação, em consonância com as metas de eficiência e transparência estabelecidas para o exercício financeiro.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 13097050000180-0-000058/2026;

Data de publicação no PNCP: 04/01/2026;

Id do item no PCA: 4880 a 4883;

Classe/Grupo: 4000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

Previsão para a início dos serviços: 12/06/2026

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Os requisitos da contratação incluem a necessidade de que o serviço de acesso à rede mundial de computadores seja realizado por meio de link dedicado, com garantias de redundância e alta disponibilidade. Além disso, os fornecedores devem atender a normas técnicas específicas, como a compatibilidade com as infraestruturas existentes e a capacidade de suporte a um volume elevado de tráfego de dados. A contratação deverá observar critérios de qualidade, segurança da informação e sustentabilidade, garantindo que as soluções propostas sejam adequadas às necessidades da administração pública.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: *Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Código	Descrição	Unidade	Quantidade
52308	Nome: EQUIPAMENTO DE ACESSO Descrição: EQUIPAMENTO CPE DE ACESSO A INTERNET	UND	2,0000
52564	Nome: Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps Descrição: Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps	UND	2,0000
52307	Nome: LINK DEDICADO DE INTERNET 2GB Descrição: SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE INTERNET DE 2GBPS	UND	2,0000
52565	Nome: Proteção Anti-DDoS do Acesso Internet 2 Gbps Descrição: Proteção Anti-DDoS do Acesso Internet 2 Gbps	UND	2,0000

Quantidade de Itens: 4,0000

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: *Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).*

Foi realizado um levantamento de mercado que identificou diversos fornecedores de serviços de internet que oferecem soluções de acesso redundante. A pesquisa incluiu a análise de preços, prazos de entrega, condições de contrato e suporte técnico. Os dados coletados demonstram que existem opções viáveis que atendem aos requisitos técnicos e orçamentários da administração. Além disso, foram considerados aspectos logísticos, como a capacidade de instalação e manutenção dos serviços, bem como a reputação dos fornecedores no mercado.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

No mercado há diversas empresas, locais, regionais e nacionais, que fornecem o serviço de link de internet: Marvitel, Claro NET, Vivo, Infonet, Infotec, Acessionet, JetFiber, Bris Janet.

Com soluções disponíveis como:

Internet Por ADSL: Esta forma de conexão com a internet é comumente utilizada nas ligações residenciais e sua velocidade nominal apresenta variação considerável, com poucas garantias de performance e restrições quanto às possibilidades de gerenciamento. As contratações no formato de ADSL são predefinidas em padrões estabelecidos pela ANATEL e não permitem personalização de seus parâmetros de qualidade pelo CONTRATANTE

Serviço de Internet via Fibra Optica - por IP dedicado (modo empresarial): Esta forma de conexão é utilizada comumente por órgãos públicos e empresas por ofertar garantias de velocidade em padrões definidos pela ANATEL e pelo CONTRATANTE, podendo ser incluídas como metodologias de aferição da qualidade o tempo de disponibilidade, tempo de ausência de comunicação, velocidade mínima etc;

Serviço de link por satélite: Prestação de serviço similar ao item anterior, com variação apenas tecnologia empregada, normalmente combinando cabeamentos de fibra óptica com enlaces de satélite para localidades onde não possui tal cabeamento. A comunicação por satélite normalmente é mais onerosa e sujeita a interferências, razão pela qual costuma ser reservada a localidades remotas onde não há infraestrutura de cabeamento realizada

Serviço de link via rádio: O enlace de comunicação por rádio é também uma alternativa, sendo realizada por antenas de comunicação via radio frequência. Normalmente oferece performance reduzida e preço aumentado em relação aos serviços suportados por fibra óptica, mas com custos inferiores e velocidades aumentadas quando comparado à comunicação via satélite. Este método de comunicação está mais sujeito a problemas e/ou defeitos ocasionados por intempéries climáticas como chuvas fortes, deslocamento de ventos circulares ou rajadas de ventos etc;

6 - ESTIMATIVA DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
52308	Nome: EQUIPAMENTO DE ACESSO Descrição: EQUIPAMENTO CPE DE ACESSO A INTERNET	UND	2,0000	R\$30.045,0000	R\$60.090,0000
52564	Nome: Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps Descrição: Gerência Proativa do acesso à Internet 2 Gbps	UND	2,0000	R\$47.352,0000	R\$94.704,0000
52307	Nome: LINK DEDICADO DE INTERNET 2GB Descrição: SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE INTERNET DE 2GBPS	UND	2,0000	R\$88.080,0000	R\$176.160,0000 0
52565	Nome: Proteção Anti-DDoS do Acesso Internet 2 Gbps Descrição: Proteção Anti-DDoS do Acesso	UND	2,0000	R\$45.645,0000	R\$91.290,0000



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Internet 2 Gbps					
-----------------	--	--	--	--	--

Total: R\$422.244,0000

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: *Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).*

Levantamento de soluções

Após realização de pesquisas na internet sobre a solução requisitada, sítio painel de preços, contatos com fornecedores, estudo e análise de editais, inclusive o atual contrato do Município de Estância, com o objetivo de ser verificada a existência de soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento.

A prestação do serviço de link de dados com a internet e intranet pode ser efetivada por diferentes técnicas, sendo as mais comuns:

Contratação de serviço de link de dados terrestre por fibra ótica:

Metodologia mais utilizada pelo mercado atualmente, na qual consiste em contratar o serviço fornecido por empresa de telefonia/telecomunicações, a qual utilizará sua malha de cabeamento de fibra ótica entre as localidades de um território para prover o serviço. Tipicamente ela é responsável por toda a instalação, configuração, manutenção e afins, entregando ao CONTRATANTE o serviço de comunicação nos padrões requeridos.

O serviço de comunicação terrestre pode ser provido em diferentes formatos comerciais:

Solução 1 - Por ADSL: Esta forma de conexão com a internet é comumente utilizada nas ligações residenciais e sua velocidade nominal apresenta variação considerável, com poucas garantias de performance e restrições quanto às possibilidades de gerenciamento. As contratações no formato de ADSL são predefinidas em padrões estabelecidos pela ANATEL e não permitem personalização de seus parâmetros de qualidade pelo CONTRATANTE;

Solução 2 - Por IP dedicado (modo empresarial): Esta forma de conexão é utilizada comumente por órgãos públicos e empresas por ofertar garantias de velocidade em padrões definidos pela ANATEL e pelo CONTRATANTE, podendo ser incluídas como metodologias de aferição da qualidade o tempo de disponibilidade, tempo de ausência de comunicação, velocidade mínima etc;

Solução 3 - Contratação de serviço de link por satélite: Prestação de serviço similar ao item anterior, com variação apenas tecnologia empregada, normalmente combinando cabeamentos de fibra ótica com enlaces de satélite para localidades onde não possui tal cabeamento. A comunicação por satélite normalmente é mais onerosa e sujeita a interferências, razão pela qual costuma ser reservada a localidades remotas onde não há infraestrutura de cabeamento realizada.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Solução 4 - Contratação de serviço de link via rádio: O enlace de comunicação por rádio é também uma alternativa, sendo realizada por antenas de comunicação via radio frequência. Normalmente oferece performance reduzida e preço aumentado em relação aos serviços suportados por fibra ótica, mas com custos inferiores e velocidades aumentadas quando comparado à comunicação via satélite. Este método de comunicação está mais sujeito a problemas e/ou defeitos ocasionados por intempéries climáticas como chuvas fortes, deslocamento de ventos circulares ou rajadas de ventos etc;

No mercado há diversas empresas, locais, regionais e nacionais, que fornecem o serviço de internet: Marvitel, Claro NET, Vivo, Oi, Infonet, Infotec, Acessionet, JetFiber, Brisanet.

Análise comparativa de soluções

O acesso à internet banda larga, de forma geral, pode acontecer por diferentes maneiras, dependendo da tecnologia a ser considerada. Conexões por ADSL, fibra ótica, via rádio, internet via satélite: cada uma possui suas particularidades, de custo, alcance, instalação, entre tantas outras. A seguir, apresentamos resumidamente as principais características estudadas de cada tipo em particular.

SOLUÇÃO 1: Internet do tipo ADSL

Esta fornecida via cabo, como por exemplo, por meio de fios de cobre trançados em pares, que reduzem interferências ou perdas de sinal. Possui alcance máximo de 06km, medida entre central do provedor e cliente final. Como a internet via cabo é utilizada para pequenas distâncias, os cabos de par trançado também possuem ótimas vantagens para atender algumas necessidades específicas.

Suas facilidades podem ser apontadas como cabos mais flexíveis para manusear, fácil instalação, preço acessível, ideal para pequenas instalações (uso doméstico ou pequenas empresas), estruturação para prevenir interferências.

Os cabos podem ser usados para transmissão de voz, dados e imagens. Contudo, ele não será tão eficaz quanto a internet via fibra ótica se a aplicação for em grandes redes ou rápida velocidade de internet, com ausência total de interferências.

Essa modalidade já foi bastante utilizada, mas atualmente está defasada se comparada com outras tecnologias. Pode ser destacado o fator de apresentar baixas taxas de upload, a necessidade de manter uma linha telefônica e a limitação de velocidade dos planos (em média de 20MB a 50MB como velocidades máximas).

SOLUÇÃO 2: Internet via fibra ótica

A fibra ótica é uma ótima opção para transmissão de dados, constituída de filamentos de vidro ou polímeros. A internet via fibra ótica processa informações na velocidade da luz e conta com uma tecnologia que converte energia luminosa em energia elétrica ou sonora.

As redes de fibra ótica permitem que os sistemas de transmissão sejam maiores, com maior largura de banda. Além disso, geram dados em maior velocidade de internet e são de fácil instalação.

Esse modelo de cabo está servindo como substituto dos cabos de cobre, que já apresentam deficiência para estruturação de grandes redes.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Os cabos de cobre acabam perdendo a potência do sinal transmitido conforme a distância, além de sofrerem mais deterioração do que as fibras óticas. Uma das maiores vantagens em utilizar cabos de fibra ótica é sua alta velocidade de internet, que transmite dados em grande volume e por distâncias maiores. Consideramos viável a contratação na modalidade fibra ótica.

SOLUÇÃO 3: Internet via satélite

Quando falamos da conexão realizada via satélite, estamos tratando de uma tecnologia capaz de levar internet inclusive a lugares mais remotos. No Brasil, o serviço é oferecido por empresas como a Embratel, Vivo, Starlink, HughesNet e a ViaSat, que pode ser uma solução, por exemplo, para alguns usuários de zonas rurais.

A principal vantagem da internet via satélite está no seu alcance. Trata-se de um tipo de conexão que pode ser muito útil em locais como zonas rurais ou em cidades litorâneas mais remotas, nas quais é inviável a instalação por cabeamento.

Uma importante desvantagem desse tipo de conexão é o seu alto custo. Os valores para contratação de um pacote de internet via satélite se reduziram bastante nos últimos anos. Ainda assim, quando levada em conta a velocidade da conexão, o serviço é significativamente mais caro em relação aos planos de banda larga que chegam por cabo.

Outra desvantagem está na alta latência — o tempo de resposta na troca de dados. Esse atraso na transmissão dificulta ou até mesmo inviabiliza determinadas atividades. Por fim, outro ponto negativo se soma às características da internet via satélite: a interferência. Qualquer objeto que cruze o caminho da sua antena pode gerar uma instabilidade no sinal. Dessa forma consideramos sua contratação inviável.

Por fim, deve-se registrar que provedores de acesso à internet por meio de satélite só deverão ser contratados para locais onde não haja outro meio de acesso mais vantajoso (no presente caso, cabo ou fibra).

SOLUÇÃO 4: Internet via rádio

Atualmente é utilizada somente em lugares extremamente de difícil acesso, onde os provedores de acesso não conseguem levar seus cabos de internet ou de telefone. Internet instável e baixo nível de velocidade, comparado as demais soluções.

Registro de soluções consideradas inviáveis

A solução 1 foi considerada inviável (ADSL), pois foi amplamente substituída pela tecnologia de fibra ótica e atualmente poucas empresas trabalham ainda com essa modalidade de internet na região oeste de Santa Catarina;

A solução 4 (via rádio) foi descartada, pois seria uma forma de regressar nas tecnologias que já estamos utilizando há alguns anos;

Já a solução 3 foi considerada inviável devida a uma importante desvantagem que é o seu alto custo. O serviço é significativamente mais caro em relação aos planos de banda larga que chegam por cabo. Outra desvantagem está na alta latência (tempo de resposta na troca de dados). Esse atraso na transmissão dificulta ou até mesmo inviabiliza determinadas atividades ou serviços que rodam por meio de internet. Por fim, outro ponto negativo se soma às características da internet via satélite: a interferência. Qualquer objeto que cruze o caminho da sua antena pode gerar



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

uma instabilidade no sinal.

Análise comparativa de custos (TCO)

Seguindo a lógica do mercado em contratações públicas, as empresas, via de regra, suportam tais necessidades, tendo em vista que geralmente os aparelhos são fornecidos em regime de comodato.

Em resumo, considera-se a solução 2 (fibra óptica) como viável, pois não se vislumbra a necessidade de adaptações ou ações que demandem custos ao Município, além de contar com a melhor tecnologia de transmissão de dados e internet atualmente disponível no mercado.

3. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS

O TCO (total cost of ownership) ou custo total da posse, é uma estimativa financeira projetada para avaliar os custos diretos e indiretos relacionados a uma determinada contratação.

Uma avaliação de TCO oferece idealmente uma indicação final que reflete não somente o custo de contratação mas de todos os aspectos nela envolvidos.

Em resumo, o TCO fornece uma base do custo especificando o valor estimado para uma determinada contratação.

Na presente situação, a empresa a ser contratada será responsável por disponibilizar o serviço nas instalações do prédio do Paço Municipal devendo arcar com todos custos necessários.

Além disso, cabe aqui deixar registrado que a empresa provedora deverá entregar o serviço/link de internet dentro do rack de rede ou de comunicação de cada unidade. Demais aparelhos pertencentes a rede interna - como switch, roteador wi-fi, cabeamento e afins - serão de responsabilidade do contratado na interligação dos pontos necessários em cada órgão/unidade.

O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano e o reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária será por intermédio do IPCA.

Descrição da solução de TIC a ser contratada

Serviço de transporte de dados em tecnologia MultiProtocol Label Swicthing (MPLS) através de fibra óptica incluindo todos os equipamentos, instalações e outros serviços necessários, que permita o tráfego de dados, para interligação das Unidades Administrativas Municipais, conforme locais estabelecidos, ao Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Estância/SE (Backbone Principal), incluindo os serviços de acesso à rede interna em todos os pontos de acesso, bem como link de internet full com largura de banda de 2GB para o Paço Municipal, entregue por operadora distinta em relação ao provedor principal. O link de redundância deverá ser contratado pelo Município, não podendo ser da mesma empresa vencedora pelo fornecimento do link principal e demais unidades.

O sinal da fibra óptica percorre à velocidade da luz e não tem interferência eletromagnética e de intempéries climáticas. Além disso, os cabos de fibra óptica asseguram uma menor latência, ou seja, há menos atraso no compartilhamento de dados, contribuindo com a velocidade de transmissão e agilidade nos processos sem impactar na atividade dos servidores.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

MultiProtocol Label Swicthing (MPLS): consiste em uma tecnologia de chaveamento de pacotes que possibilita o encaminhamento e a comutação eficientes de fluxos de tráfego através da rede. Apresenta-se, assim, como uma solução para diminuir o processamento nos equipamentos de rede e interligar com maior eficiência redes de tecnologias distintas. O termo Multiprotocol em sua nomenclatura significa que esta tecnologia pode ser usada sob qualquer protocolo de rede.

Para mantermos a qualidade e a garantia do sinal de internet, hoje a melhor opção seria permanecer com os links de internet baseado em fibra óptica.

A solução identificada como mais adequada para atender à necessidade da administração municipal é a contratação de um serviço de acesso à rede mundial de computadores por meio de link dedicado e redundante, que assegure alta disponibilidade e confiabilidade. A escolha desta solução se baseia na análise comparativa das alternativas disponíveis no mercado, que demonstraram que o serviço redundante é essencial para minimizar riscos de interrupções e garantir a continuidade das operações. A proposta selecionada atende aos requisitos técnicos e orçamentários, oferecendo condições favoráveis para a administração pública.

Justificativa técnica da escolha da solução

Considerou-se viável a seguinte solução abaixo:

A solução 2 - A contratação de acesso à internet através de infraestrutura baseada em fibra óptica apresenta as seguintes vantagens:

Maior capacidade de transmissão. A velocidade de transmissão na fibra óptica é mais rápida do que nas conexões por fios de cobre. A estabilidade de conexão tende a diminuir o tempo no carregamento de páginas e acelerar downloads; Menor degradação de sinal. Com a internet banda larga tradicional em cabos de cobre, a intensidade do sinal diminui à medida que o cliente se afasta do provedor. Com a fibra óptica isso não acontece.

Menor latência. A latência é o atraso que um pacote de dados leva para percorrer a rede de um ponto a outro. A internet através da fibra óptica pode eliminar muitos problemas de latência em downloads e uploads.

Facilidade de instalação

Assim considerando que há forte demanda por incremento de velocidade e confiabilidade nos links existentes, a melhor para atender as necessidades do Município de Estância/SE é a contratação de internet links de dados terrestre por fibra óptica.

Justificativa econômica da escolha da solução

Optou-se preferencialmente pela solução 2 devido à maior eficiência técnico e econômica.

2. As demais opções foram descartadas por apresentarem mais alto custo e complexidade de instalação entre as soluções possíveis, assim como limitações técnicas que não atendem as exigências da instituição.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

1. Da Estratégia de Divisão em Dois Lotes (Redundância Geográfica e Lógica)

A Administração opta pelo parcelamento do objeto em 02 (dois) lotes distintos. Esta decisão fundamenta-se na busca pela máxima disponibilidade do serviço. Ao contratar fornecedores diferentes para o Link Principal (Lote 1) e para o Link de Backup (Lote 2), a instituição elimina o "Ponto Único de Falha".

Segurança Institucional: Garante-se que falhas generalizadas na infraestrutura de uma operadora (rompimento de backbone ou erro de roteamento BGP) não interceptem simultaneamente ambos os canais de comunicação, mantendo a continuidade do serviço público.

2. Da Indivisibilidade dos Itens dentro de cada Lote (Unidade Técnica)

Embora o objeto global seja dividido em dois lotes, os itens que compõem cada lote são indivisíveis. Não se mostra técnica ou economicamente viável a fragmentação dos componentes internos de cada solução (ex: separar o fornecimento da fibra, do roteador e da gerência), pelas seguintes razões:

Responsabilidade Integral (Solução Fim-a-Fim): Cada lote deve ser entregue como uma solução pronta para uso (turn-key). A fragmentação de itens dentro do lote geraria zonas cinzentas de responsabilidade, dificultando a manutenção e o cumprimento do SLA (Acordo de Nível de Serviço). O contratado de cada lote deve ser o único responsável pela integridade do sinal, do hardware e da última milha.

Interoperabilidade e Conflitos Técnicos: A divisão de itens internos de um mesmo link obrigaria a Administração a atuar como integradora de tecnologias de diferentes fabricantes dentro de uma mesma rota, o que eleva exponencialmente o risco de incompatibilidade e o tempo de reparo em caso de incidentes.

Eficiência na Gestão e Fiscalização: A manutenção de itens agrupados por lote simplifica a gestão contratual, permitindo uma medição clara da performance e a aplicação de sanções de forma objetiva, caso a disponibilidade mínima contratada não seja atingida.

3. Da Vantagem Econômica e Competitividade

A modelagem em dois lotes atende ao princípio da ampliação da competitividade, permitindo que empresas de diferentes portes disputem as frações do objeto. Por outro lado, a preservação da integridade dos itens dentro de cada lote evita o "custo de transação" excessivo e a perda de economia de escala que ocorreria se a Administração tivesse que gerenciar múltiplos contratos para um único link de dados.

4. Conclusão

Diante do exposto, a divisão em 02 lotes distintos, com a proibição de parcelamento dos itens internos a cada lote, apresenta-se como a solução que melhor equilibra a segurança técnica (redundância real por operadoras diferentes) e a eficiência administrativa (responsabilização clara e agilidade operacional), em estrita observância aos preceitos da



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Lei nº 14.133/2021.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

Os resultados esperados com a contratação do serviço redundante de acesso à rede mundial de computadores incluem a melhoria na qualidade da conectividade, a redução de interrupções nos serviços administrativos e a otimização da comunicação com a população. Indicadores de desempenho, como a taxa de disponibilidade do serviço e o tempo médio de resposta em caso de falhas, serão estabelecidos para monitorar a eficácia da contratação e garantir que os objetivos sejam alcançados.

Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados esperados estão relacionados à implantação da ampliação de velocidade dos Links de Acesso à Internet-Principal /Redundante, visto que este órgão já possui contrato ativo dos links principal e redundante, não havendo necessidade de treinamento ou investimento paralelo na preparação do ambiente físico e/ou lógico para a implantação deste serviço.

Com esta contratação, o Município de Estância/SE objetiva alcançar um novo padrão de fornecimento de acesso aos sistemas corporativos, ao público externo e interno, podendo elencar os principais resultados:

Continuidade da conectividade da rede interna do Município de Estância/SE à rede mundial de computadores – Internet.

Prover acesso à internet link dedicado em caráter contínuo, ininterrupto de forma a operacionalizar o funcionamento dos diversos sistemas necessários a consecução das atividades do Paço Municipal, escolas, unidades de saúde e das demais unidades públicas;

Maior velocidade na transmissão da internet, tornando mais eficiente e ágil na prestação dos serviços ao público em geral e nas tarefas laborais;

Melhorar o desempenho percebido pelos usuários em sua interação com as aplicações que utiliza;

Melhora na qualidade dos links de comunicação;

Solução de alta disponibilidade e confiabilidade de acesso à internet de link dedicado.

Tornar a infraestrutura e os serviços de TI resistentes a falhas.

Ampliar a disponibilidade dos dados e a velocidade de comunicação e acesso aos sistemas institucionais.

Assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários externos e internos.

LOTE 1: LINK INTERNET PRINCIPAL:

Este item trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso à rede mundial internet conforme características abaixo:

Deverá ser disponibilizado acesso IP permanente que possibilite a interligação do ambiente da CONTRATANTE à rede mundial de computadores, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, composto de um canal direto com a Internet de uso ilimitado, em conformidade com os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço deste documento;

A CONTRATADA deverá fornecer circuitos com transmissão full duplex e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente;

A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado. A CONTRATADA não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo, exceto quando houver concordância por escrito da CONTRATANTE;

O serviço deverá ser fornecido na modalidade dedicado e deverá estar conectado à Internet Mundial com total conectividade IP, englobando toda a infraestrutura de equipamentos, meios de acesso e serviços;

Para assegurar o trânsito de dados, do Autonomous System AS267086 da Prefeitura Municipal de Estância, além de garantir disponibilidade e segurança de acesso, o vencedor do Lote 1 estará automaticamente desclassificado do Lote 2;

A empresa vencedora deste lote deverá apresentar resultado das consultas BGP, tendo como base os blocos IPv4 e IPv6 que serão utilizados na sessão entre seu roteador e o roteador da PME, com o objetivo de demonstrar quais os Path utilizados ela em seus roteadores, e evitar que os mesmos sejam distintos daqueles utilizados no lote 2;

Para essas consultas serão aceitos os <https://lookingglass.centurylink.com>, <https://lg.he.net> e <http://lg.alog.com.br>, impresso diretamente do navegador utilizado na consulta;

A empresa fornecedora deste lote deverá obrigatoriamente;

Ser um Autonomous System (AS), atendendo a RFC4893;

Ser participante do Ponto de Intercâmbio de Internet – IXP (ix.br, PTTMetro) no IX de Salvador;

Possuir no seu quadro de funcionário pelo menos um técnico com conhecimento nos protocolos BGP-4 e IEEE 802.1Q;

O meio físico utilizado no acesso deve ser rede própria de Fibra Ótica, interligando seu Backbone ao da Prefeitura Municipal da Estância;

Ao item anterior, caberá a observância do item 6.2.1 deste termo.

Para garantir a contingência física, o caminho percorrido pela fibra ótica deverá observar o anexo II, de modo que o mesmo não utilize os mesmos postes e logradouros que o caminho percorrido pela fibra do lote 2;

Os equipamentos utilizados para o fornecimento deste acesso devem suportar pelo menos 40Gbps, de modo a prever aumento futuro de velocidade;

O aumento da velocidade se dará a partir da análise de medições previamente solicitadas, através de mecanismos formais previstos;

A velocidade inicial deste acesso deverá ser de 2 Gbps, em circuito único não balanceado e garantia de banda de 99,7%;

A CONTRATADA deverá manter sessão BGP4 com o servidor de borda da PME, de acordo com as orientações dos seus técnicos, a serem repassadas quando da ativação do serviço;

A CONTRATADA deverá ainda fazer anúncio dos blocos pertencentes ao ASN da PME;

A CONTRATADA deverá fornecer uma rota padrão e tabelas de roteamento IP parciais através das sessões BGP e, quando solicitado pelo DTI da PME, tabela de roteamento IP completa (full-route) registrados pelas entidades internacionais (LACNIC, AFRINIC, APNIC, ARIN e RIPE);

A CONTRATADA deverá fornecer endereços IP's, sendo um IPv4 e um IPv6 a serem utilizados para sessão BGP entre ela e o roteador da PME;

Fornecer dois servidores DNS públicos ou privados não gratuitos, que respondam a consultas DNS nas versões IPv4 e um IPv6 para utilização interna em servidores DNS da PME;

A CONTRATADA deverá fornecer transporte do Backbone da PME até ao PTTMetro no IX de Salvador;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

A CONTRATADA, para atender ao item anterior, poderá alocar porta ou fazer compartilhamento de porta pré-existente;

A porta designada no item anterior não poderá ser inferior a 20G.

A velocidade de conexão até o IX-Salvador dever ser no mínimo 10G.

A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem feitas nos equipamentos de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação do link com todas as características exigidas;

A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem feitas nos equipamentos de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação das sessões mantidas com o IX-Salvador, com todas as características exigidas;

Deverá, a CONTRATADA, entre outros equipamentos, acessórios e insumos necessários para efetivação do fornecimento do serviço, fornecer um ROTEADOR, descrito no anexo IV deste termo, que atenda as seguintes características mínimas:

Ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela CONTRATADA;

Ter garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados;

Novos e de primeiro uso;

Ser padrão Rack 19" de modo a permitir a sua fixação através de "kit de fixação", não sendo permitido a utilização de bandeja;

Todas as atualizações e correções (patches) de softwares, necessárias para o cumprimento dos requisitos exigidos neste Termo de Referência, deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

Suportar a velocidade de acesso final definida pela CONTRATANTE;

Suportar o acesso às MIBs que permitam a monitoração de parâmetros de desempenho;

Possuir o protocolo SNMP habilitado e uma comunidade SNMP com acesso de leitura pela CONTRATANTE;

Devem operar em até no máximo de 70% (setenta por cento) da capacidade de roteamento e processamento, considerando a velocidade e as classes de serviços contratadas. Deverão estar equipados com memória e processadores necessários para garantir a performance acima exigida.

Devem implementar o protocolo BGP v4 ou superior.

É de responsabilidade da PME a oferta de dutos de passagens de cabos internos, fornecimento de energia elétrica e de local de condicionamento dos equipamentos no local de instalação dos mesmos;

A CONTRATADA é responsável pela passagem de cabos nas instalações internas do prédio, sendo assistida pela equipe de manutenção predial;

Não deverá ser cobrada a instalação do serviço, devendo seu custo ser diluído pelas assinaturas mensais.

No término do contrato, observado o prazo mínimo de 3 anos, o roteador ofertado passa a integrar o patrimônio público da contratante.

LOTE 2: LINK INTERNET BACKUP:

Este item trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acesso à rede mundial internet conforme características abaixo:

Deverá ser disponibilizado acesso IP permanente que possibilite a interligação do ambiente da CONTRATANTE à rede mundial de computadores, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, composto de um canal direto com a Internet de uso ilimitado, em conformidade com os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço deste documento;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

A CONTRATADA deverá fornecer circuitos com transmissão full duplex e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente;

A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado. A CONTRATADA não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo, exceto quando houver concordância por escrito da CONTRATANTE;

O serviço deverá ser fornecido na modalidade dedicado e deverá estar conectado à Internet Mundial com total conectividade IP, englobando toda a infraestrutura de equipamentos, meios de acesso e serviços;

Para assegurar disponibilidade e segurança de acesso, além do fato da Prefeitura de Estância ser um Autonomous System (AS), sob o número AS267086, o vencedor deste lote estará impedido do provimento do serviço do lote 1;

A empresa vencedora deste lote deverá apresentar resultado das consultas BGP, tendo como base os blocos IPv4 e IPv6 que serão utilizados na sessão entre seu roteador e o roteador da PME, com o objetivo de demonstrar quais os Path utilizados ela em seus roteadores, e evitar que os mesmos sejam distintos daqueles utilizados no lote 1;

Para essas consultas serão aceitos os <https://lookingglass.centurylink.com>, <https://lg.he.net> e <http://lg.alog.com.br>, impresso diretamente do navegador utilizado na consulta;

A empresa fornecedora deste lote deverá obrigatoriamente;

Ser um Autonomous System (AS), atendendo a RFC4893;

Ser participante do Ponto de Intercâmbio de Internet – IXP (ix.br, PTTMetro) no IX de Aracaju;

Possuir no seu quadro de funcionário pelo menos um técnico com conhecimento nos protocolos BGP-4 e IEEE 802.1Q;

O meio físico utilizado no acesso deve ser de Fibra Ótica, interligando seu Backbone ao da Prefeitura Municipal da Estância;

Ao item anterior, caberá a observância do item 6.2.1 deste termo.

A CONTRATADA deve fornecer um serviço de Gerência Proativa, o qual caracteriza-se por manter monitoração do serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, devendo agir proativamente em caso de falhas ou degradação de performance e comunicar, de imediato, à PME problemas detectados;

Para garantir a contingência física, o caminho percorrido pela fibra ótica deverá observar o anexo II, de modo que o mesmo não utilize os mesmos postes e logradouros que o caminho percorrido pela fibra do lote 1;

Os equipamentos utilizados para o fornecimento deste acesso devem suportar pelo menos 40 Gbps, de modo a prever aumento futuro de velocidade;

O aumento da velocidade se dará a partir da análise de medições previamente solicitadas, através de mecanismos formais previstos;

A velocidade inicial deste acesso deverá ser de 2Gbps, em circuito único não balanceado e garantia de banda de 99,7%;

A CONTRATADA deverá manter sessão BGP4 com o servidor de borda da PME, de acordo com as orientações dos seus técnicos, a serem repassadas quando da ativação do serviço;

A CONTRATADA deverá ainda fazer anúncio dos blocos pertencentes ao ASN da PME;

A CONTRATADA deverá fornecer uma rota padrão e tabelas de roteamento IP parciais através das sessões BGP e, quando solicitado pelo DTI da PME, tabela de roteamento IP completa (full-route) registrados pelas entidades internacionais (LACNIC, AFRINIC, APNIC, ARIN e RIPE);

A CONTRATADA deverá fornecer endereços IP's, sendo um IPv4 e um IPv6 a serem utilizados para sessão BGP entre ela e o roteador da PME;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Fornecer dois servidores DNS públicos ou privados não gratuitos, que respondam a consultas DNS nas versões IPv4 e um IPv6 para utilização interna em servidores DNS da PME;

A CONTRATADA deverá fornecer transporte do Backbone da PME até ao PTTMetro no IX de Aracaju;

A CONTRATADA, para atender ao item anterior, poderá alocar porta ou fazer compartilhamento de porta pré-existente;

A porta designada no item anterior não poderá ser inferior a 20 G.

A velocidade de conexão até o IX-Aracaju dever ser no mínimo 10G.

A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem inseridas no servidor de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação do link com todas as características exigidas;

A CONTRATADA deverá auxiliar à DTI nas configurações necessárias a serem feitas nos equipamentos de borda da CONTRATANTE, de modo a garantir que todas as medidas sejam adotadas para a efetiva ativação das sessões mantidas com o IX-Salvador, com todas as características exigidas;

Deverá, a CONTRATADA, entre outros equipamentos, acessórios e insumos necessários para efetivação do fornecimento do serviço, fornecer um ROTEADOR, descrito no anexo IV deste termo, que atenda as seguintes características mínimas:

Ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela CONTRATADA;

Ter garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados;

Novos e de primeiro uso;

Ser padrão Rack 19" de modo a permitir a sua fixação através de "kit de fixação", não sendo permitido a utilização de bandeja;

Todas as atualizações e correções (patches) de softwares, necessárias para o cumprimento dos requisitos exigidos neste Termo de Referência, deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

Suportar a velocidade de acesso final definida pela CONTRATANTE;

Suportar o acesso às MIBs que permitam a monitoração de parâmetros de desempenho;

Possuir o protocolo SNMP habilitado e uma comunidade SNMP com acesso de leitura pela CONTRATANTE;

Devem operar em até no máximo de 70% (setenta por cento) da capacidade de roteamento e processamento, considerando a velocidade e as classes de serviços contratadas. Deverão estar equipados com memória e processadores necessários para garantir a performance acima exigida.

Devem implementar o protocolo BGP v4 ou superior;

É de responsabilidade da PME a oferta de dutos de passagens de cabos internos, fornecimento de energia elétrica e de local de acondicionamento dos equipamentos no local de instalação dos mesmos;

A CONTRATADA é responsável pela passagem de cabos nas instalações internas do prédio, sendo assistida pela equipe de manutenção predial;

Não deverá ser cobrada a instalação do serviço, devendo seu custo ser diluído pelas assinaturas mensais;

No término do contrato, observado o prazo mínimo de 3 anos, o roteador ofertado passa a integrar o patrimônio público da contratante.

ANTI-DDoS

Os vencedores do link de Principal e Link de Backup, lote 1 e lote 2, deverá prever a prestação do serviço anti-DDoS (Ataque de Negação de Serviço), com os seguintes requisitos adicionais:

Atuar nas frentes de volumetria pelo menos nos seguintes casos: SYN Flood, UDP Flood; TCP Flood; ICMP Flood;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

ataques de controle da pilha TCP (RST, FIN, Reset), ataque de fragmentação IP, UDP e TCP, ataque de botnet e worms, ataque de IP Spoofing;

Atuar na frente de aplicação pelo menos nos seguintes casos: DNS Flood, HTTP URL Get/Post Flood; DNS, NTP e SNMP Reflection/Amplification, SIP Invite Flood, Slowloris e Pyloris;

Suportar a detecção e mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas e contramedidas como as seguintes, mas não se limitando: White lists; Black lists; Limitação de taxa; Técnicas desafio-resposta; Descarte de pacotes mal formados; Bloqueio por localização geográfica (país) de endereços IP; Técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS; Manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados;

Fornecer proteção para Flash Crowd (crescimento de tráfego legítimo acima do esperado), bloqueando apenas o inconveniente;

Possuir gerenciamento proativo, iniciando a proteção mesmo sem a ciência da equipe do DTI da CONTRATANTE, 24 horas X 7 dias por semana, com prazo de 20 minutos do início do incidente para iniciar a proteção;

O serviço deve ser prestado sem instalação local de equipamentos, pois o bloqueio deve acontecer no backbone, antes de comprometer o tráfego da rede da PME;

A solução deve possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques, de modo a reconhecer automaticamente novos padrões e acionar as equipes;

A solução deve prever o fornecimento de relatórios, painel de monitoramento (dashboard) em tempo real e análise forense dos incidentes;

Prover equipe de atendimento em regime 24 horas X 7 dias por semana em Centro Operacional de Segurança (SOC), via telefone 0800 ou equivalente a ligação para Estância/SE e correio eletrônico, em língua portuguesa

ROTEADOR DE BORDA FORNECIDO COM OS LINKS

Para o adequado funcionamento da RIME – Rede Integrada do Município de Estância/SE, considerando a criticidade dos serviços públicos suportados, a operação da Prefeitura como Sistema Autônomo (ASN próprio), a manutenção de sessões BGP com múltiplos provedores, bem como a necessidade de alta disponibilidade, segurança e escalabilidade ao longo de toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá fornecer, instalar, configurar, operar e manter roteador de borda com as características mínimas a seguir especificadas.

O referido equipamento será responsável pelo encaminhamento de todo o tráfego de dados entre a rede interna do Município, os links de acesso à Internet (principal e contingência), os Pontos de Troca de Tráfego (IXPs) e demais interconexões críticas, devendo operar em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

Aspectos Físicos e Elétricos

O roteador deverá, obrigatoriamente:

Possuir fontes de alimentação redundantes, com cabos inclusos no padrão brasileiro de tomada de três pinos, sem necessidade de adaptadores;

Apresentar consumo máximo de energia de até 2000W;

Dispor de ventilação interna adequada à operação contínua;

Ser compatível com rack padrão 19”, com ocupação máxima de 2U.

Serviços e Segurança

O equipamento poderá possuir funcionalidades avançadas de segurança e controle de tráfego, contemplando:

Stateful Services;

Firewall com filtros de pacotes (ACLs) e Stateful Firewall;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Proteção contra ataques de negação de serviço (DDoS) no plano de controle (Control Plane);

Suporte a DDoS FlowSpec;

Filtros Stateless nas camadas L2 a L4;

Deep Packet Inspection (DPI);

Monitoramento de fluxos de tráfego (Flow Monitoring);

Manipulação de cabeçalhos HTTP;

Web Filtering;

DNS Sinkhole;

Suporte a VPNs baseadas em IPsec.

Processamento e Capacidade de Rede

O roteador deverá possuir desempenho compatível com ambientes de alta complexidade, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

Encaminhamento de pacotes e roteamento realizados por hardware, diretamente nas interfaces de rede;

Processador com, no mínimo, 6 (seis) núcleos e frequência igual ou superior a 2.0 GHz;

Memória RAM mínima de 64 GB DDR4;

Armazenamento Flash mínimo de 32 MB NOR;

Capacidade mínima de switching de 2,4 Tbit/s;

IPU versão 2 ou superior;

SFU versão 8 ou superior;

Capacidade mínima da tabela FIB de 4 (quatro) milhões de rotas.

Protocolos Suportados

O equipamento deverá suportar, nativamente, os seguintes protocolos e tecnologias:

BGP-4;

OSPFv2 e OSPFv3;

IEEE 802.1Q (VLAN);

MPLS;

IPv4 e IPv6;

NAT;

Segment Routing (SR).

Interfaces de Rede

O roteador deverá possuir capacidade mínima para:

4 (quatro) portas de 10 Gbps;

8 (oito) portas de 10 GbE;

4 (quatro) portas de 40 GbE;

4 (quatro) portas de 100 GbE;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

Suporte a interfaces QSFP28 com HqsS.

No momento da ativação do link, a CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional, os cabos e os respectivos transceptores (um no roteador e outro no equipamento da CONTRATANTE) para as interfaces instaladas.

As interfaces de maior capacidade (40 GbE e 100 GbE) deverão ser disponibilizadas sempre que solicitadas pela CONTRATANTE, em qualquer momento durante a vigência do contrato.

Responsabilidades e Patrimônio

O roteador deverá ser:

Dimensionado, fornecido, instalado, configurado, mantido, gerenciado e operado pela CONTRATADA;

Novo, de primeiro uso;

Mantido com todas as atualizações e correções de software necessárias, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

Monitorável via SNMP, com acesso de leitura disponibilizado à equipe de TI da Prefeitura.

Ao término do contrato, em caso de renovação contratual, sendo constatada a obsolescência do equipamento, o mesmo deverá ser substituído por equipamento análogo em linha de produção.

Justificativa Técnica

A definição das especificações do roteador de borda decorre da alta complexidade da RIME, que integra múltiplas unidades administrativas, sistemas corporativos críticos, serviços digitais ao cidadão e infraestrutura de comunicação baseada em MPLS, BGP, múltiplas VLANs e links redundantes.

A operação da Prefeitura como Sistema Autônomo (ASN próprio), com interconexões simultâneas a provedores distintos e a Pontos de Troca de Tráfego, exige equipamento com elevada capacidade de processamento, grande volume de rotas, múltiplas interfaces de alta velocidade e mecanismos avançados de segurança.

Além disso, considerando o prazo de duração do contrato e a previsão de incorporação do equipamento ao patrimônio público, a adoção de um roteador robusto, moderno e preparado para expansão futura mostra-se técnica e economicamente vantajosa, evitando obsolescência precoce, novos investimentos e riscos à continuidade dos serviços públicos.

As especificações estabelecidas são, portanto, necessárias, proporcionais e tecnicamente justificadas, alinhadas às boas práticas de engenharia de redes, à segurança da informação e aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Fornecer serviço de linhas de comunicação em tecnologia Multiprotocol Label Swiching (MPLS) em fibra ótica, incluindo todos equipamentos, instalações ou outros serviços necessários que permita o tráfego de dados, de

/para a rede das Unidades Administrativas ao Centro de Processamento de Dados da Prefeitura.

Fornecer e instalar (interna e externamente) todo o meio físico necessário para o perfeito funcionamento dos serviços, incluindo todos os equipamentos para implementar os serviços de comunicação de dados;

Deverá prestar os serviços de suporte técnico e manutenção dos equipamentos e serviços, a fim de garantir a alta disponibilidade e o bom funcionamento dos serviços contratados;

Responsabilizar-se-á integralmente pela realização de qualquer serviço ou obra de infraestrutura, tanto externa quanto internamente ao edifício do CONTRATANTE, bem como aquisição de qualquer material ou equipamento necessário para levar o circuito até a sala e o rack disponibilizada pelo CONTRATANTE;

Deverá, caso mude as faixas de velocidades dos links (download e upload) para velocidades superiores àquelas previstas na planilha deste termo, disponibilizar a nova velocidade imediatamente superior ao da velocidade



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

contratada na localidade pelo valor igual ao vigente antes da mudança. Se o valor mensal da nova velocidade for inferior ao que era praticado para a velocidade até então contratada, o novo valor deverá ser estendido para todas as localidades, independente de existir disponibilidade das novas faixas de velocidades na localidade, mediante alteração contratual;

Garantir sigilo e inviolabilidade das informações que eventualmente possa ter acesso durante os procedimentos de instalação e manutenção de seus equipamentos, bem como durante a operação dos serviços;

Fornecer o ponto concentrador da rede, no Centro de Processamento de Dados da CONTRATANTE, devendo utilizar tecnologia Gigabit Ethernet (10GBase-T / IEEE 802.3ab) com velocidade de, no mínimo, 10 Gbps (dez gigabits por segundo);

Efetuar o acesso físico do ponto de presença da CONTRATADA até as demais localidades, por fibra ótica, não sendo permitida, em hipótese alguma, a utilização de equipamentos de rádio frequência ou equipamentos com tecnologia de transmissão via satélite;

Efetuar testes de verificação de qualidade da conexão, sempre que houver solicitação do CONTRATANTE, sem custos adicionais;

Utilizar a tecnologia MPLS, com as velocidades especificadas para toda a rede; Deverá possuir disponibilidade mensal anual de 99% da rede;

Providenciar a instalação de todo o cabeamento necessário, inclusive entre o quadro de distribuição interno e os equipamentos de sua propriedade. A contratada deverá ainda identificar o cabo lógico utilizado para a conexão ao seu equipamento;

A Contratada ficará proibida de implementar qualquer filtro de pacotes que possa incidir sobre o tráfego originado ou destinado ao Contratante, a menos que tenha expressa concordância do Contratante;

A administração da rede e o monitoramento de todos os pontos são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, com acompanhamento diário da equipe de TI da Prefeitura, feitos através de softwares de monitoramento via interface gráfica, estes disponibilizados pela CONTRATADA sem ônus ao Município.

A CONTRATADA deve disponibilizar um sistema de gráficos em tempo real referentes ao tráfego de cada ponto da rede, bem como acesso ao protocolo SNMP em todos os equipamentos que compõem a rede;

A documentação da rede (impressa e em arquivo digital PDF) que compreende endereços lógicos dos equipamentos, rotas, diagramas e mapas da rede, são de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser entregue a Prefeitura Municipal, 30 dias após finalizada a instalação e configuração de todos os pontos solicitados;

O roteador a ser instalado na Prefeitura (Backbone principal) deve possuir minimamente 4 portas gigabit ethernet, e 2 (duas) portas 10Gbps RJ45. Justifica-se a adoção da interface 10Gbps RJ45 em razão de tal tecnologia estar em uso nos firewalls do Município.

Serão aceitos roteadores com interfaces SFP 10Gbps, desde que a empresa contratada, sem custos adicionais disponibilize: interfaces de rede compatíveis aos dois firewalls do Município, bem como cabos ópticos, conversores, mini gbics, e demais insumos necessários.

Obrigatoriamente a contratada deverá disponibilizar interfaces independentes da rede MPLS entre o roteador e os firewalls, sendo uma interface da rede MPLS para o firewall Master e outra para o firewall Backup.

Disponer de equipamentos que façam Vlans segregadas entre as localidades e o backbone principal (CPD Prefeitura), devendo cada vlan possuir minimamente: ID e DHCP próprios, sendo o servidor DHCP o firewall da prefeitura.

Assim a Contratada deve garantir que na configuração de sua rede MPLS cada vlan obtenha endereçamento de IP oriundos do firewall da Prefeitura para seus respectivos Id's. Exemplo: Vlan id 1500 (Saúde) deve obter range dhcp 10.15.15.0/24, Vlan Id 1600 (Assistência Social) deve obter range DHCP 10.16.16.0./24 e assim por diante.

Não haverá limite e/ou custos adicionais pela configuração de mais de uma VLAN em um mesmo ponto, ou seja, tomando como exemplo a Secretaria de Saúde, poderá haver VLAN 3800 (para rede cabeada configurada na porta 5



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030

do roteador), VLAN 3900 (para rede wifi configurada na porta 4 do roteador), VLAN 3500 (para rede DVR configurada na porta 3 do roteador), e assim sucessivamente.

Os equipamentos a serem instalados nas localidades constantes na tabela de localidades, deverão minimamente possuir 5 portas gigabit ethernet para conexão e configuração de VLAN's distintas em cada porta.

9 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Antes da celebração do contrato, serão realizadas verificações quanto à regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, bem como a análise da documentação técnica que comprove a capacidade de atendimento às especificações exigidas. Também será necessária a realização de uma vistoria nas instalações do fornecedor, para assegurar que a infraestrutura proposta esteja em conformidade com as normas e requisitos estabelecidos na contratação.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não há contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar a execução do serviço de acesso à rede mundial de computadores. A contratação será realizada de forma independente, garantindo que a execução do serviço não dependa de outras contratações em andamento ou previstas.

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Durante a execução da contratação, os impactos ambientais serão monitorados, especialmente no que diz respeito ao consumo de energia e ao descarte de resíduos eletrônicos. Medidas mitigadoras, como a reciclagem de materiais e a utilização de tecnologia de baixo impacto ambiental, serão implementadas para minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2026.006.030**

12 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

A análise da viabilidade técnica, operacional e econômica demonstra que a contratação do serviço redundante de acesso à rede mundial de computadores é a solução mais vantajosa para a administração pública. A proposta atende aos requisitos de qualidade e segurança, além de apresentar um custo-benefício favorável, considerando a importância da continuidade dos serviços e a mitigação de riscos associados à conectividade.

**YSSLAN LUIZ SANTOS SILVA
01710525525
Agente Administrativo I**

**MARCOS ANDRE SILVA CONCEICAO
94507376572
Tecnico em Informatica**